



DIMENSÃO GERAL 4

A Mensagem da Administração 4 Empresa 6 Missão 10 Visão 10 Princípios e Valores 10 Organização e Gestão 10 Mecanismos de Gestão 11 Sistema de Gestão Ambiental 11 Gestão de Pessoas 11 Gestão de Riscos 13 Responsabilidade com as partes interessadas 20 Indicadores Operacionais e de Produtividade ou dados técnicos 21

DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA 22

Informações Estatutárias 24 Capital Social 24 Acordo de Acionistas 24 Diretoria 24 Conselho de Administração 25 Conselho Fiscal 25 Código de Conduta Ética e Compliance 26

DIMENSÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA 28

DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL 33

Indicadores Sociais Internos 34 Indicadores Sociais Externos 35 Indicadores do Setor Elétrico 40

DIMENSÃO AMBIENTAL 44

Sistema de Gestão Ambiental 45 Programas ambientais 50 Sustentabilidade 61 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 62 Ambiental, Social e Governança 63

APRESENTAÇÃO

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA) divulga, com muito orgulho, o 11º Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental. Este documento, além de estar em consonância com as exigências e com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incorpora diversas referências metodológicas de outros relatórios ambientais praticados pelas maiores Companhias do país. Este relatório, em particular, consiste na compilação de informações e dados das concessões incorporadas à TAESA e daquelas em que a empresa possui a integralidade das ações. O documento foi elaborado considerando 5 (cinco) dimensões basilares:

- 1 Geral;
- 2 Governanca Corporativa:
- 3 Econômico-financeira;
- 4 Social e Setorial;
- 5 Ambiental.

Destaca-se que o conteúdo do relatório foi apreciado e validado pelas respectivas áreas técnicas da TAESA, Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia. Os empregados da **TAESA** foram encarregados da elaboração do "11º Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2018", sob a coordenação da Gerência Segurança, Meio Ambiente e Saúde, área associada à Diretoria Técnica da Companhia.



Em relação aos pilares da Sustentabilidade (Social, Econômico e Ambiental), a Companhia buscou otimizar da melhor maneira, a aplicação dos recursos de forma a atender com excelência suas obrigações, processos e projetos de cunho social, considerando sua estratégia de crescimento e preservação dos recursos naturais.

A Administração da **TAESA** registra os agradecimentos aos seus Acionistas pelo suporte e confiança fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os resultados alcançados. Nosso agradecimento também a todos os nossos colaboradores que de forma profissional e comprometida, construíram os ganhos obtidos, a todos os Fornecedores, Parceiros e demais Partes Relacionadas pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas.

Com grande satisfação apresentamos detalhadamente os resultados consolidados de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA



EMPRESA

A TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. (TAESA) lidera atualmente um dos maiores grupos de transmissão de energia elétrica do Brasil. Juntas, as companhias que integram o Grupo **TAESA** possuem aproximadamente 12,7 mil km de linhas de transmissão, integrantes da Rede Básica.

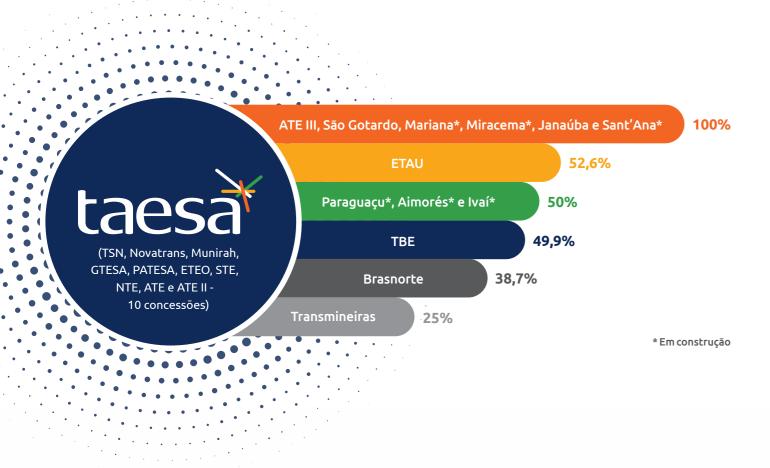
A Empresa se destaca pelo alto nível de conhecimento técnico e pelos elevados padrões gerenciais e operacionais, visando garantir um retorno satisfatório para seus acionistas e um ambiente de trabalho motivador para seus colaboradores.

As 36 concessões/participações de transmissão detidas pela **TAESA** estão segregadas em:

- 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II);
- 6 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Janaúba, Miracema e Sant'ana); e
- 20 participações (ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras, TBE).

A figura abaixo representa a estrutura das concessões/participações do Grupo TAESA:

CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES DO GRUPO TAESA:



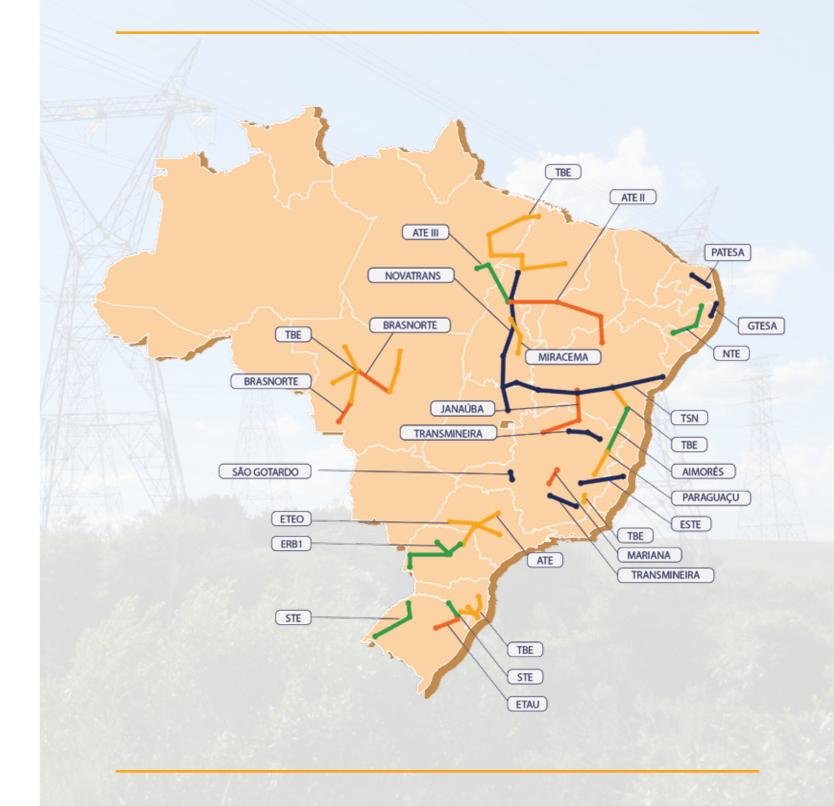
Com relação às empresas em que a **TAESA** detém participação acionária, segue, abaixo, quadro simplificado, detalhando os percentuais de participação – ano base: 2018.

SPE	ACIONISTAS	Percentuais de Participação (%)
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	38,6645
BRASNORTE	Eletrobrás Eletronorte	49,7115
DRASNORTE	Bimetal Energia LTDA.	11,6240
	TOTAL	100
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	52,5838
	Eletrobrás Eletrosul	27,4162
ETAU	DME Energética S.A.	10,0000
	CEEE – GT	10,0000
	TOTAL	100
	Alupar Investimento S.A.	50,0222
ECTE	Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	30,8850
ECIE	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	19,0928
	TOTAL	100
	Alupar Investimento S.A.	50,0155
ETEP	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,9845
	TOTAL	100
	Alupar Investimento S.A.	50,0111
ENTE	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,9889
	TOTAL	100
	Alupar Investimento S.A.	50,0176
EATE	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,9824
	TOTAL	100
	Alupar Investimento S.A.	21,9595
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	21,9476
ERTE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	18,0766
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38,0162
	TOTAL	100
	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	51,0000
EBTE	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,0000
	TOTAL	100
	CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	50,0000
Aimorés	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50,0000
Allioles	TOTAL	100
	CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	
Daraguagu		50,0000
Paraguaçu	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50,0000
	TOTAL	100
	CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	50,0000
Ivaí	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A	50,0000
	TOTAL	100

Para uma melhor visualização das concessões que integram o Grupo **TAESA**, apresenta-se o quadro a seguir, com os principais detalhes destes Contratos de Concessão:

	QUADRO DETALHADO DOS	CONTRATOS DE CONCESSÃO DO GRUPO T	AESA
Concessão	Contrato de Concessão	Empreendimento	Término da Concessã
BRASNORTE	003/2008	LT Jauru – Juba CD 230 kV SE Juba 230/138Kv LT Brasnorte – Nova Mutum CD 230 kV SE Brasnorte 230/138Kv	17/3/2038
NOVATRANS	095/2000	Interligação Norte – Sul II	20/12/2030
MUNIRAH	006/2004	LT Camaçari II – Sapeaçu	18/2/2034
TSN	097/2000	Interligação Sudeste – Nordeste	20/12/2030
ETEO	040/2000	LT Taquaruçu – Assis – Sumaré	12/5/2030
ETAU	082/2002	LT Campos Novos – Lagoa Vermelha – Santa Marta	18/12/2032
GTESA	001/2002	LT Goianinha – Mussuré II C3	21/01/2032
PATESA	087/2002	LT Paraíso – Açú	11/12/2032
NTE	002/2002	LT Xingó – Angelim II 500Kv LT Angelim – Campina Grande II 230Kv	21/01/2032
STE	081/2002	LT Uruguaiana – Santa Rosa	01/07/2032
ATE	003/2004	LT Londrina – Araraquara	30/07/2033
ATE II	011/2005	LT Colinas – Sobradinho 500 kV	15/03/2035
ATE III	001/2006	LTMarabá – Colinas 500 kV LT Itacaiúnas – Carajás 230 kV	27/04/2036
SÃO GOTARDO	024/2012	SE São Gotardo	27/08/2042
EATE	042/2001	LT Tucuruí – Presidente Dutra	12/06/2031
EBTE	011/2008	LTs Juína – Brasnorte; Juba – Brasnorte; Parecis – Brasnorte; N. Mutum – Sorriso – Sinop	16/10/2038
ECTE	088/2000	LT Campos Novos – Blumenau	01/11/2030
ENTE	085/2002	LT Tucuruí – Açailândia	11/12/2032
ERTE	083/2002	LT Vila do Conde – Castanhal- Santa Maria	11/12/2032
ESDE	025/2009	SE – Santos Dumont	19/11/2039
ETEP	043/2001	LT Vila do Conde – Tucuruí	12/06/2031
ETSE	006/2012	LTs 230 KV SE Abdon Batista	10/05/2042
LUMITRANS	007/2004	LT Machadinho – Campos Novos	18/02/2034
STC	006/2006	LT Barra Grande – Lages – Rio do Sul	27/04/2036
TRANLESTE	009/2004	SE Montes Claros - SE Irapé	18/02/2034
TRANSUDESTE	005/2005	SE Itutinga - SE Juiz de Fora	04/03/2035
TRANSIRAPÉ	012/2005	SE Irapé - SE Araçuaí 2	15/03/2035
MARIANA	011/2014	LT Itabirito 2 – Vespasiano 2 CS 500 KV	02/05/2044
MIRACEMA	017/2016	LT Miracema – Lajeado LT Lajeado – Palmas SE Palmas	27/06/2046
JANAÚBA	017/2017	LT Pirapora 2 - Janaúba 3 LT Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	09/02/2047
AIMORÉS	004/2017	LT Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6	09/02/2047
PARAGUAÇU	003/2017	LT Poções 3 - Padre Paraíso 2	09/02/2047
IVAÍ	022/2017	LT Foz do Iguaçu – Guaíra SE Guaíra (novo pátio) LT Guaíra – Sarandi SE Sarandi (novo pátio) LT Sarandi – Londrina LT Sarandi – Paranavai do Norte SE Paranavai do Norte	11/08/2047

Os empreendimentos explorados pela **TAESA** estão distribuídos sobre o território brasileiro, conforme apresentado na figura abaixo:



Relatório Anual de **Responsabilidade Socioambiental 2018**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. • TAESA 9

MISSÃO

A TAESA tem como missão, transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.

VISÃO

Até o final de 2018, a **TAESA** pretende ser a transmissora de energia elétrica do setor privado brasileiro com maior valor de mercado, alcançando esta meta por meio da efetivação de um crescimento sustentável e com excelência no quesito eficiência operacional.

PRINCÍPIOS E VALORES

A TAESA adota os seguintes princípios e valores como compromissos:

- Transparência
- Segurança
- Foco no Resultado
- Sustentabilidade
- Espírito de excelência

- Valorização dos funcionários
- Comprometimento
- Inovação
- Preservação do Meio Ambiente
- Comportamento ético e respeitoso



ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

O processo de gestão técnica das concessões é estabelecido por meio das diretrizes da **TAESA** e representado no esquema abaixo:

DIRETORIA TÉCNICA











Ativos



e Melhorias



MECANISMOS DE GESTÃO

Dentre os diversos modelos existentes no mercado, inerentes à Gestão de Processos, a TAESA adota os melhores mecanismos de gestão, de forma a refinar, controlar e estabelecer procedimentos internos que agreguem confiança e padronização de suas atividades.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Em consonância com as melhores práticas adotadas pelas grandes companhias nacionais e internacionais, a **TAESA** busca constantemente o aperfeiçoamento de suas políticas e processos com o objetivo de implementar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Por meio desta ferramenta é possível obter melhorias contínuas dos servicos executados pela Companhia, possibilitando o seu desenvolvimento e provendo soluções para a minimização de suas necessidades ambientais.

GESTÃO DE PESSOAS

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da TAESA deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno deste tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios.

Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

Além disso, as estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e um ciclo de ações que visam ao desenvolvimento, à qualidade de vida, a motivação dos colaboradores, e por consequência, o sucesso da Companhia.

A TAESA assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador e, ainda, atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

A seguir são elencadas algumas premissas para ilustrar a atenção dispensadas aos colaboradores do Grupo TAESA:

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS

ATAESA acredita que as pessoas são elementos impulsionadores da organização, capazes de dotálas de inteligência e aprendizados indispensáveis a sua constante renovação e competitividade em um ambiente de mudanças e desafios. Assim, as pessoas alcançam seu crescimento profissional utilizando seus talentos para enfrentar situações de trabalho desafiadoras. Com isso, a TAESA adotou a prática do Recrutamento Interno, qual seja, buscar novos profissionais no mercado. As oportunidades são disponibilizadas também para seus colaboradores, promovendo reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, incentivando o crescimento profissional, retendo seus talentos e valorizando seu capital humano.

CAPACITAÇÃO

A Política de Capacitação da **TAESA** tem por objetivo geral, promover e prover ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão e visão da Companhia. A TAESA pretende ampliar ainda mais as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

A política de remuneração da **TAESA** tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio competitivo interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como de seu plano de benefícios. Para tanto, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria de apoio executivo, contando com o suporte de consultorias externas independentes e reconhecidas no mercado quando necessário. A estrutura de cargos adotada pela **TAESA** está alinhada aos salários oferecidos no setor. Os colaboradores fazem jus, ainda, a uma remuneração variável, observada e alinhada ao resultado financeiro da Companhia, em conjunto com o atendimento em nível acima das expectativas das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

A **TAESA** acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Por isso, com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a empresa investe alto nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

SEGURANCADOTRABALHO

Buscando comprometer seus colaboradores com a cultura de segurança, um dos principais pilares da Companhia, em 2018 a **TAESA** promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva. Os indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de Segurança, permitem planejar ações de forma a prevenir acidentes.

GESTÃO DE RISCOS

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO SE INDICADO DE OUTRA FORMA. OS VALORES APRESENTADOS TÊM REFERÊNCIA ANO BASE 2018, CONSIDERANDO O FECHAMENTO ANUAL).

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

Categorias de instrumentos financeiros - reais/mil

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVOS FINANCEIROS				
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários	802.943	574.035	635.501	483.794
Equivalentes de caixa	20.044	55.755	18.832	55.755
Custo amortizado:				
Caixa e Bancos	825	925	648	823
Contas a receber de concessionárias e permissionárias (*)	172.818	188.403	161.115	174.894
Ativo financeiro de concessão (*)	-	5.234.481	-	4.463.737
	996.630	6.053.599	816.096	5.179.003
PASSIVOS FINANCEIROS				
Valor justo por meio do resultado:				
Empréstimos e financiamentos	382.787	321.718	382.787	321.718
Instrumentos financeiros derivativos	(29.853)	34.243	(29.853)	34.243
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores	58.314	39.297	35.262	26.077
Empréstimos e financiamentos	37.744	47.045	27.948	34.800
Debêntures	2.879.424	2.636.396	2.879.424	2.636.396
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	35.768	27.406	32.874	25.746
	3.364.184	3.106.105	3.328.442	3.078.980

(*) Até 31 de dezembro de 2018 era classificado como empréstimos e recebíveis.

Gestão dos riscos de mercado

A Companhia e suas controladas tem exposição aos riscos financeiros decorrentes de mudanças bruscas no cenário econômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de câmbio, de juros e na expectativa inflacionária.

Taxa de câmbio:

Risco de taxas de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia, sujeitas a taxas de juros variáveis.

No Brasil, a desvalorização do Real perante ao Dólar pode gerar aumento de preços em todas as áreas da economia. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do Real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros. A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 13,9% (R\$382.787) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

Taxa de juros:

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Repactuação - 11/05/2018	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 31/12/2018	US\$ 98.592	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2017	-	US\$ 94.340
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%)	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%)
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	106,0% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	10/05/2023	20/09/2019
Ponta ativa em 31/12/2018	382.787	-
Ponta passiva 31/12/2018	(352.934)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2018 ⁽²⁾	29.853	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2017 ⁽²⁾	-	(48.790)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2018	29.853	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2017	-	(34.243)
Valor justo em 31/12/2018	29.853	-
Valor justo em 31/12/2017	-	(34.243)
Ganhos (perdas) 2018	24.145	15.377
Ganhos (perdas) 2017	-	(15.773)
Ganhos (perdas) 2018	-	15.377 (15.773)

- (1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.
- (2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial.

Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2018
CDI (i)	6,50%	8,13%	9,75%	6,40%
IPCA (i)	3,85%	4,81%	5,78%	3,75%
Libor (ii)	2,6083%	3,2603%	3,9124%	2,7939%
PTAX - Dólar (i)	3,8000	4,7500	5,7000	3,8748

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 08 de março de 2019. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 08 de março 2019.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros	31/12/2018 _	Efeito no lucro antes dos impostos 2018 - aumento (redução)		
às altas de taxa de juros e/ou câmbio		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção - Consolidado				
ATIVOS FINANCEIROS				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	822.987	823	14.197	27.570
PASSIVOS FINANCEIROS				
Debêntures				
- CDI	292.996	(307)	(5.068)	(9.830)
- IPCA	2.607.855	(2.725)	(27.826)	(52.926)
		(2.209)	(18.697)	(35.186)
Sem proteção - Controladora				
ATIVOS FINANCEIROS				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	654.333	654	11.287	21.920
PASSIVOS FINANCEIROS				
Debêntures				
- CDI	292.996	(307)	(5.068)	(9.830)
- IPCA	2.607.855	(2.725)	(27,826)	(52.926)
		(2.378)	(21.607)	(40.836)
Com proteção – Controladora e Consolidado				
PASSIVOS FINANCEIROS (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	382.788	(2.496)	(5.616)	(8.736)
- Dólar	382.788	19.403	(71.443)	(162.290)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	(382.788)	2.496	5.616	8.736
Ponta ativa - Dólar	(382.788)	(19.403)	71.443	162.290
Ponta passiva - CDI	352.935	(370)	(6.105)	(11.840)
Efeito líquido		(370)	(6.105)	(11.840)

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a administração entende que não é necessária à contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se ao risco da Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar as suas obrigações, bem como sua situação financeira.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
Pós-fixada	-	9.392	506.725	2.038.221	520.695	3.075.033
Prefixada	828	1.654	7.387	30.075	37	39.981
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.706	20.346	120.450	-	146.502
Consolidado	828	16.752	534.458	2.188.746	520.732	3.261.516
Pós-fixada	-	9.392	506.725	2.038.221	520.695	3.075.033
Prefixada	605	1.208	5.394	22.452	37	29.696
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.706	20.346	120.450	-	146.502
Controladora	605	16.306	532.465	2.181.123	520.732	3.251.231

Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

RISCOS REGULATÓRIOS

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

RISCO DE SEGUROS

Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

RISCO DE INTERRUPÇÃO DO SERVICO

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de

RISCO DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos

RISCO TÉCNICO

normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela gerem redução das receitas (parcela variável).

RISCO DE CONTENCIOSO

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais:



Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.



Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.



Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.



Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.



Documentação de controles e procedimentos.



Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.



Cumprimento com exigências regulatórias e legais.



Desenvolvimento planos de contingência.



Padrões éticos e comerciais.



Treinamento e desenvolvimento profissional.

Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos e não derivativos - reais/mil

(Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado)

	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
CONSOLIDADO E CONTROLADORA			
Empréstimos e financiamentos	382.787	321.718	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	(29.853)	34.243	Nível 2
Passivos financeiros	352.934	355.961	

Os diferentes níveis foram definidos conforme:

Nível

Nível

Nível 3

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 dedezembro de 2018.

Valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia do valor justo
Consolidado	31/12/2018		31/12/2017		
Ativo financeiro de concessão Ativos financeiros	-	-	5.234.481	6.084.647	Nível 3
Debêntures Passivos financeiros	2.879.424	2.927.641	2.636.396	2.604.585	Nível 2
Controladora	31/12	/2018	31/12	/2017	
Ativo financeiro de concessão Ativos financeiros	-	-	4.463.737	5.297.281	Nível 3
Debêntures Passivos financeiros	2.879.424	2.927.641	2.636.396	2.604.585	Nível 2

DEBÊNTURES

A administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de dezembro de 2017 e 2016, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

RESPONSABILIDADE COM AS PARTES INTERESSADAS

pública com analistas.

As tabelas a seguir apresentam, resumidamente, os principais stakeholders da TAESA, detalhando as formas de relacionamentos praticados.

	ACIONISTAS E INVESTIDORES
Detalhamento	O Grupo TAESA é controlado pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e pela ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais e é um dos mais sólidos e importantes grupos do setor elétrico do Brasil. A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. é uma holding que tem como principal propósito consolidar os investimentos realizados no Brasil pela ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., uma das maiores transmissoras internacionais de energia elétrica da América Latina. A TAESA tem 63,45% de ações negociadas no mercado. Um dos principais objetivos da TAESA é maximizar valor para os seus acionistas, prezando pela sustentabilidade do negócio no longo prazo, prestando um serviço essencial de alta qualidade e respeitando as regras estabelecidas pelas autoridades regulatórias brasileiras.
Canais de Comunicação	O principal canal de comunicação do Grupo TAESA é o website (www. taesa .com.br/ri), além do e-mail direto do departamento de Relações com Investidores (investor. relations@ taesa .com.br) e do telefone de contato da equipe de RI (+55 21 2212-6060). Reuniões dos órgãos da administração (Assembleia Geral de Acionistas) e Reunião anual

	CLIENTES
Detalhamento	Os clientes do Grupo TAESA são os geradores de energia elétrica, consumidores livres, distribuidoras e outras transmissoras, que se conectam ou compartilham suas instalações com o Grupo. A Política de Relacionamento orienta-se pela Política de Qualidade e pelo Código de Ética da Companhia.
Canais de Comunicação	As formas de comunicação são em geral estabelecidas diretamente entre as partes, por meio de contatos técnicos, reuniões, encontros em eventos setoriais, participação em associações de classe, e sempre que há algum tema técnico a ser resolvido de comum acordo.

	FORNECEDORES
Detalhamento	Os maiores fornecedores, do Grupo TAESA, são os fabricantes de equipamentos elétricos de grande porte (transformadores, disjuntores, equipamentos de proteção, para-raios, reatores, transformadores de medição etc.). Há, ainda, empresas de engenharia e consultoria ambiental, que prestam serviços ao Grupo, tanto na parte de seus projetos (partes civis, elétrica e mecânica), como na condução dos programas e condicionantes ambientais estabelecidos pelo IBAMA. Outro ramo de fornecedores é o de materiais de escritório, reservas de passagens e estadias, veículos, fretes e seguros.
Canais de Comunicação	O Grupo TAESA estabelece rígidos padrões de cadastramento e contratação de fornecedores, de forma a tornar tais processos transparentes e auditáveis, tendo desenvolvido padrões de editais de cadastramento de fornecedores, de concorrências e de julgamento de propostas. A base de apoio à área de suprimentos da Companhia é a ferramenta SAP.

	EMPREGADOS, COLABORADORES E OUTROS
Detalhamento	O Grupo TAESA possui um total 587 empregados (data-base: 31 de dezembro de 2018 - incluída ATEIII, , Miracema e Janaúba). A política de relacionamento é pautada pelas Política de Recursos Humanos e pelo Código de Ética do Grupo, além do atendimento à legislação trabalhista.
Canais de Comunicação	Reuniões de equipe, reuniões com diretoria, correio eletrônico corporativo, comemoração dos aniversariantes do mês, intranet, mural eletrônico, informativos personalizados das áreas,, divulgação das políticas corporativas, avaliação anual de desempenho.

Comunicação	dos aniversariantes do mês, intranet, mural eletrônico, informativos personalizados das áreas, , divulgação das políticas corporativas, avaliação anual de desempenho.
	ÓRGÃOS PÚBLICOS
Detalhamento	Os órgãos públicos com os quais o Grupo TAESA se relaciona com mais frequência são: a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia – MME, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, dentre outros.
Canais de Comunicação	O relacionamento com estes órgãos públicos se dá de forma distinta: • com a ANEEL: por meio de envio de informações e correspondências referentes às Resoluções emitidas; idem para as informações corporativas de caráter contábil; por meio de solicitações de anuência em processos empresariais específicos; por meio de participação em reuniões e audiências públicas promovidas pela Agência; por meio de participação em leilões de novas linhas de transmissão. • com o MME: por meio de envio e acompanhamento de correspondências; por meio de reuniões quando o tema requer. • com o IBAMA: por meio do atendimento a suas obrigações, referente programas ambientais; por meio de reuniões técnicas quando o tema requer; por meio de esclarecimentos prestados. • com o ONS: por meio de intercâmbio de correspondências e de informações técnicas; por meio de reuniões técnicas quando o tema requer; por meio de participação em seu Conselho de Administração.
	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E COMUNIDADES
Detalhamento	A política de relacionamento do Grupo TAESA orienta-se pelo seu Código de Ética, disponível no site (www.taesa.com.br), pelos contratos de concessão e pela legislação.
Canais de Comunicação	O site do Grupo TAESA disponibiliza informações sobre os empreendimentos do Grupo e, além disso, disponibiliza um número de telefone 0800 para reclamações, dúvidas e outros contatos. Com relação aos Programas de P&D e Projetos Sociais, o canal de relacionamento é pelo site ou diretamente com a área responsável.

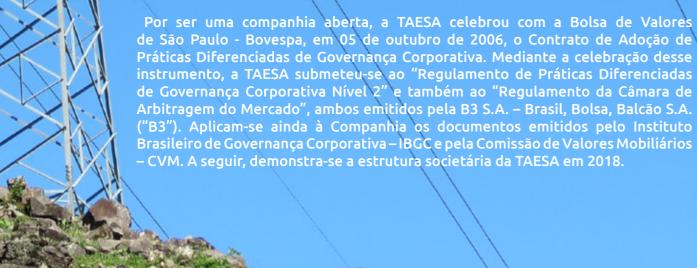
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE OU DADOS TÉCNICOS

Os resultados provenientes da produtividade, alcançada no ano de 2018, são demonstrados no quadro abaixo.

Indicadores Operacionais e de Produtividade - Dados Técnicos 2018 - TAESA			
Número de Empregados Próprios	587		
Número de Empregados Terceirizados	0		
Subestações (em unidades)	41(*)		
Capacidade Instalada (MVA)	6750 MVA		
Linhas de Transmissão (em km)	5764 km(**)		

(*) Número de subestações compartilhadas, sendo 7 (sete) dessas de propriedade das concessões da Taesa. 1 (uma) subestação em construção. (**) 31 de dezembro de 2018 – Considerando ETEO, TSN, NVT, Munirah, GTESA, PATESA, NTE, ATE II, ATE III, STÉ e São Gotardo.

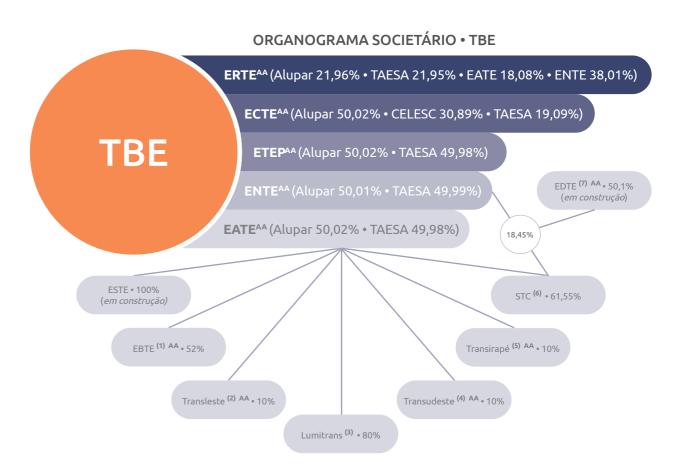
DIMENSÃO **GOVERNANÇA CORPORATIVA**





* Em construção

* A TBE ou Grupo TBE é um conjunto de 15 concessionárias de transmissão de energia elétrica - Participação Indireta.



AA - companhias que possuem Acordos de Acionistas.

(1) TAESA - 49%; (2) Transminas - 41%; TAESA - 25% e Furnas - 24%; (3) Alupar - 15% e Auto Invest - 5%; (4) Transminas - 41%; TAESA - 24% e Furnas - 25%; (5) Transminas - 41%; TAESA - 24,5% e Furnas - 24,5% (6) Alupar - 20% (7) TAESA - 24,95% e Apollo 12 - 24,95%.

(2)TBE é um nome fantasia para um conjunto de 15 concessões, incluindo as Transmineiras.

⁽¹⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi concluída a transferência para a TAESA das participações acionárias detidas pela CEMIG no capital social das seguintes concessões: Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste"), Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste") e Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé") (todas, em conjunto, denominadas "Transmineiras"). A TAESA já possuía participação indireta, através da TBE, de 5% em cada concessão e, após a conclusão desta reestruturação societária, a TAESA passou a deter direta e indiretamente 30,0% da Transleste, 29,0% da Transudeste e 29,5% da Transirapé.

⁽³⁾ Em 2018, a Companhia participou do Leilão nº 01/2018 da Eletrobrás e apresentou lances mínimos para aquisição das participações societárias detidas pela Eletrobrás na ETAU, Brasnorte e Transmineiras. Além disso, a Companhia anunciou a compra das participações de controle em quatro ativos de transmissão operacionais da Ambar Energia Ltda. (São João Transmissora de Energia S.A., São Pedro Transmissora de Energia S.A., Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. e Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.). O fechamento e a consumação de ambas operações estão sujeitos a condições precedentes além das aprovações dos orgãos pertinentes.

INFORMAÇÕES ESTATUTÁRIAS

CAPITAL SOCIAL

A TAESA possui um capital social de R\$ 3.067.535.193,28, (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.033.496.721 (um bilhão, trinta e três milhões, quatrocentas e noventa e seis mil e setecentas e vinte e uma) ações, sendo 590.714.069 (quinhentos e noventa milhões, setecentas e quatorze mil e sessenta e nove) ações ordinárias e 442.782.652 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentas e oitenta e dois mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

ACORDO DE ACIONISTAS

Os acionistas controladores da TAESA Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. possuem um "Acordo de Acionistas" com vistas a regular a gestão conjunta da Companhia.

O Referido Acordo tem por objeto, regular as relações e estabelecer os direitos e obrigações dos acionistas controladores da TAESA, em especial:

- As premissas e os princípios a serem adotados pela Companhia Energética de Minas Gerais Cemig e pela ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A com relação ao Acordo, à Companhia e suas Controladas;
- o exercício do direito de voto na Companhia e em suas Controladas e Coligadas;
- a forma de administração da Companhia e de suas Controladas;
- as políticas de capitalização, investimento, financiamento e dividendos da Companhia;
- as regras aplicáveis à oneração e transferência das ações;
- o direito de preferência nas subscrições de ações e outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia;
- a forma de solução de controvérsias.

DIRETORIA

A Diretoria da TAESA será composta por 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Técnico, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor Presidente e um Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Atualmente, o Diretor Jurídico e Regulatório, também a função de Diretor Presidente e o cargo de Diretor de Implantação da Companhia encontra-se vago. O quadro abaixo apresenta composição da diretoria TAESA em dezembro de 2018.

DIRETORIA	
Diretor Presidente	Raul Lycurgo Leite
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Marcus Pereira Aucélio
Diretor Técnico	Marco Antônio Resende Faria
Diretor de Negócios e Gestão de Participações	José Aloise Ragone Filho
Diretor Jurídico e Regulatório	Raul Lycurgo Leite
Diretor de Implantação	Cargo Vago

Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), podem ser eleitos para o cargo de Diretores. O Diretor Presidente da Companhia presta contas de seus atos ao Conselho de Administração. Os demais Diretores prestam contas de seus atos ao Diretor Presidente e estão sujeitos, ainda, assim como o Diretor Presidente, à fiscalização pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **TAESA** é composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

De acordo com o Acordo de Acionistas da Companhia, cabe à ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A. ("ISA") indicar 04 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes e à COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG ("CEMIG") indicar 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes. Os demais integrantes do Conselho de Administração serão eleitos em conformidade com o item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão.

Após a eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração, será escolhido entre os membros eleitos, após a eleição dos membros do referido órgão, devendo ser observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. O Presidente do Conselho de Administração será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro do Conselho de Administração por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pelo mesmo acionista que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
TITULARES	SUPLENTES			
José Maria Rabelo	Daniel Faria Costa			
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Arthur Maia Amaral			
Paulo de Moura Ramos	Cargo Vago			
Jorge Raimundo Nahas	Marcelo Rocha			
Alcione Maria Martins Comonian	Paulo Henrique Rodrigues Coimbra			
Bernardo Vargas Gibsone	César Augusto Ramírez Rojas			
Ana Milena López Rocha	Daniel Isaza Bonnet			
Hermes Jorge Chipp	Gustavo Carlos Marin Garat			
Fernando Bunker Gentil	Fernando Augusto Rojas Pinto			
François Moreau	Rômulo Greficce Miguel Martins			
Celso Maia de Barros	Robert Patrick Panero			

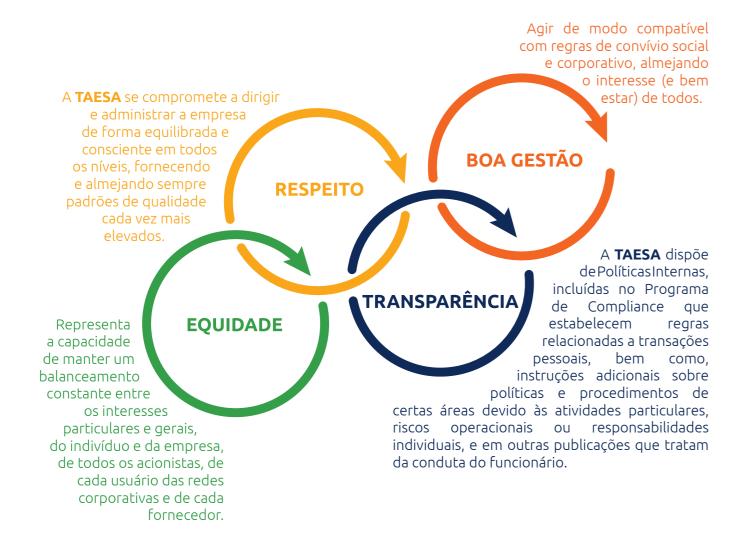
CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TAESA é permanente e composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, possuindo igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O referido conselho tem suas atribuições e poderes definidos por lei.

CONSELHO FISCAL				
TITULARES	SUPLENTES			
Marco Antônio Resende Teixeira	Francisco Luiz Moreira Penna			
Helvécio Miranda Magalhães Junior	Eduardo José de Souza			
Manuel Domingues de Jesus e Pinho	João Henrique de Souza Brum			
Cargo Vago	Ronald Gastão Andrade Reis			
Marcello Joaquim Pacheco	Murici dos Santos			

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E COMPLIANCE

O Código de Conduta Ética e Compliance tem por objetivo ajudar as pessoas a distinguir as situações ambíguas e/ou potencialmente perigosas que possam surgir ao longo da execução das atividades empresariais diárias, mas também relações ou comportamentos não perfeitamente claros, que possam envolver a Companhia. O documento tem como principais diretrizes:



Relativamente ao comportamento esperado dos administradores e funcionários, o documento assim define:

LEALDADE PROFISSIONAL, que abrange as seguintes situações:

- Reconhecer os casos de conflito entre interesse pessoal e empresarial e resolvê-los no interesse da Companhia;
- Não adotar comportamentos que possam influenciar ilicitamente funcionários públicos ou funcionários de outras empresas a obter favores da Companhia; e
- Comunicar nas relações externas que a rejeição de certas condutas não é somente uma afirmação formal, mas substancial.

O mesmo vale para o princípio de preservar a integridade dos bens empresariais: a Companhia pertence a todos, e a integridade de seu valor é uma garantia para aqueles que nela trabalham.

CONFLITO DE INTERESSES, entre o interesse pessoal e aquele da Companhia, se manifesta quando um comportamento ou uma decisão no âmbito da própria atividade de trabalho pode gerar uma vantagem imediata ou diferida para o próprio indivíduo, seus familiares ou conhecidos em prejuízo do interesse empresarial.

O conflito de interesses tem um efeito direto sobre a pessoa nele envolvida, limitando ou influenciando sua objetividade de julgamento. Qualquer um que se veja ou pense estar envolvido em um conflito de interesses, ou que se sinta constrangido em gerir uma situação profissional em razão de influências externas ou ainda que não se sinta livre nas suas decisões e na execução de suas próprias atividades, deve indicar isso a seu próprio responsável ou às outras pessoas indicadas pelos procedimentos empresariais, para que seja esclarecido ou para ter indicações sobre como se comportar, independentemente do tipo de cortesia ou benefícios recebidos, dos graus de parentesco e familiaridade ou de outras variáveis.

Independentemente da percepção pessoal de conflito de interesse, a observância das seguintes regras gerais é obrigatória:

- No tocante a cortesias ou outras formas de presente, existem alguns que fazem parte das práticas normais comerciais ou de cortesia, enquanto que outros superam este limite e podem ter como objetivo a obtenção de favores nas relações de negócios. A Companhia proíbe a seus colaboradores que aceitem cortesias que superem o valor estabelecido de 100 dólares ou que sejam fonte de dúvida sobre a sua finalidade. Os presentes que venham a ser recebidos como cortesia de outras empresas, fornecedores e clientes poderão ser aceitos desde que o valor comercial estimado seja compatível com a ideia de "cortesia".
- Devem ser indicados os casos de familiares em primeiro grau de funcionários da Companhia e funcionários de seus fornecedores, clientes, concorrentes ou autoridades de setor, quando sua atividade ou função possa ter um reflexo na Companhia. Nestes casos, os administradores da Companhia devem tomar medidas para evitar qualquer tipo de incompatibilidade decorrente desta situação.

De acordo com o Código de Conduta Ética e Compliance, para prevenir comportamentos voltados à corrupção ou que possam ser interpretados como tal, a Companhia estabelece uma conduta uniforme no que diz respeito às próprias cortesias externas. Em linha geral, devem ter como objetivo promover exclusivamente a imagem da Companhia e a sua marca. Por esta razão, a Companhia:

- Não admite nenhuma forma de presente que possa também ser interpretada como excedente às práticas normais comerciais ou de cortesia, ou de qualquer forma voltada a obter favor na condução de qualquer atividade. Em particular, é vedada qualquer forma de presente que possa influenciar a independência de julgamento ou induzir a assegurar uma vantagem qualquer voltada a funcionários públicos, auditores, conselheiros do Grupo Companhia ou seus respectivos familiares;
- Para aceitar brindes ou presentes acima de 100 dólares é necessário informar ao chefe (minimamente de nível gerencial) e à área de Compliance, que fará o registro na base de dados de presentes recebidos, e analisar a motivação, o valor, o tipo, as circunstâncias, a frequência e o perfil da pessoa que irá receber o brinde.
- Em caso de recebimento ou oferecimento de brindes abaixo do valor estipulado de 100 dólares, não é necessário nenhum tipo de autorização.
- Casos excepcionais devem ser submetidos à Diretoria Geral da **TAESA** e reportados ao Conselho de Administração.

Em qualquer caso, a Companhia se abstém de práticas não consentidas pela Lei, pelos usos comerciais ou pelos Códigos de Ética – se existentes – das empresas ou dos entes com quem mantém relações.

DIMENSÃO **ECONÔMICO-FINANCEIRA**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas, em 28 de março de 2019, pela Diretoria e Conselho de Administração. Em 28 de março de 2019, o Conselho Fiscal manifestou sua opinião favorável e sugeriu o encaminhamento para a assembleia geral dos acionistas.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - DETALHAMENTO DA DVA				
	2018		201	17
Geração de Riqueza (R\$ Mil)	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	1.808.293	100,98	1.213.594	96,84
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: Compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(375.335)	-20,96	(194.750)	(15,54)
Resultado Não	Operacional			
= VALOR ADICIONADO BRUTO	1.432.958	80,02	1.018.844	81,30
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(6.400)	-0,36	(3.926)	(0,31)
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.426.558	79,66	1.014.918	80,98
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	364.169	20,34	238.331	19,02
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.790.727	100,00	1.253.249	100

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA - POR PARTES INTERESSADAS	2018		2017	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Empregados	105.729	5,90	101.386	8,09
Governo (impostos, taxas, contribuições e encargos setoriais)	339.593	18,96	211.229	16,85
Financiadores	274.100	15,31	292.349	23,33
Retido	213.255	11,91	55.357	4,42
Acionistas	858.050	47,92	592.928	47,31
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	1.790.726	100,00	1.253.249	100

Distribuisão do Disuson Coverno o Forescos Sobosinio	20 ⁻	18	20)17
Distribuição da Riqueza Governo e Encargos Setoriais	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Tributos/Taxas/Contribuições	259.507	76,42	130.206	71,46
PIS/COFINS	92.765	27,32	55.353	26,30
IRPJ/CSLL	147.363	43,39	55.379	38,88
Outros	19.379	5,71	19.474	6,29
Encargos Setoriais	80.085	23,58	81.023	28,54
RGR	53.667	15,80	52.655	17,77
P&D	15.257	4,49	17.345	6,00
CDE	2.605	0,77	2.002	1,12
PROINFA	2.654	0,78	2.389	1,09
TFSEE	5.903	1,74	6.632	2,56
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	339.593	100,00	211.229	100

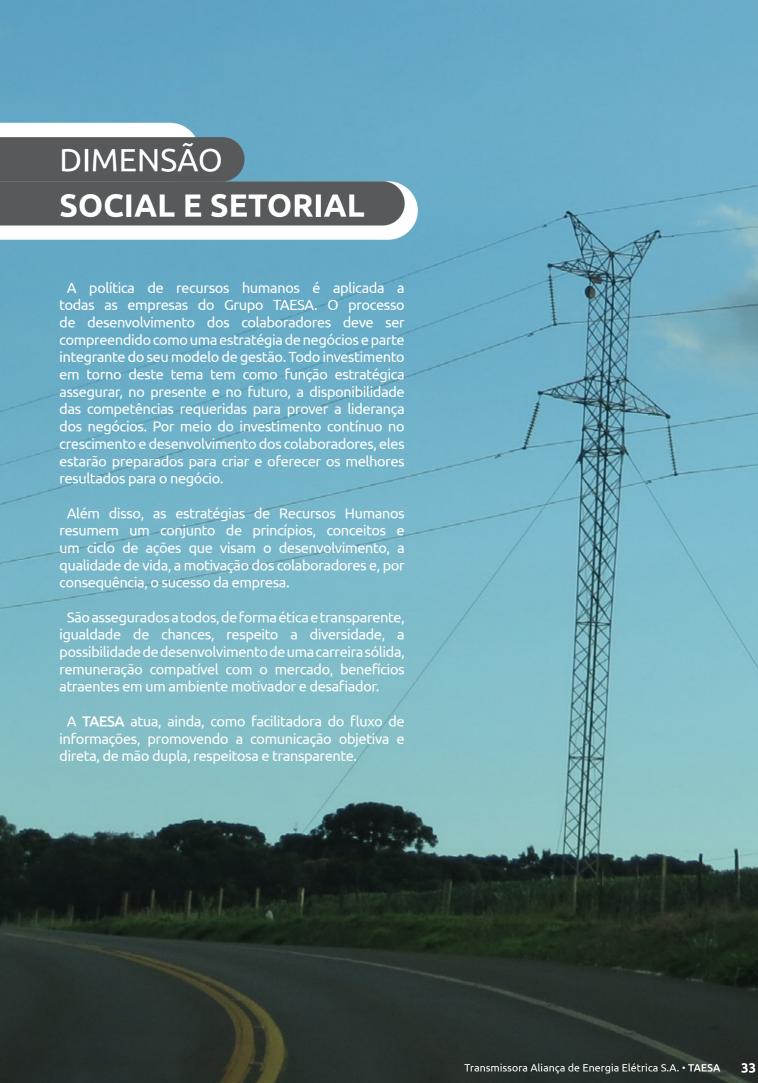
			100
Outros Indicadores	2018	2017	Δ%
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	R\$ Mil 1.808.293	R\$ Mil 1.213.594	49,00
Deduções da Receita (R\$ Mil)	(173.056)	(136.535)	26,75
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	1.635.237	1.077.059	51,82
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil)	(506.638)	(319.377)	58,63
Resultado do Serviço (R\$ Mil)	1.128.599	757.682	,
			48,95
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(211.187)	(222.596)	-5,13
Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ Mil)	301.256	168.578	78,70
IRRJ/CSSL (R\$ Mil)	(147.363)	(55.379)	166,10
Lucro Líquido (R\$ Mil)	1.071.305	648.285	65,25
EBTITDA ou LAJIDA (R\$ Mil) - padrão	1.436.255	930.186	54,41
EBTITDA ou LAJIDA (R\$ Mil) - ajustado	1.134.999	761.608	49,03
Margem do EBITDA OU LAJIDA (%) - padrão	87,83%	86,36%	1,70
Margem do EBITDA OU LAJIDA (%) - ajustado	69,41%	70,71%	-1,84
Liquidez Corrente	2,98	3,02	-1,29
Liquidez Geral	1,64	1,68	-2,44
Margem Bruta (lucro líquido / receita operacional bruta) (%)	59,24%	53,42%	10,91
Margem Líquida (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	23,43%	14,91%	57,14
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%)	53,06%	53,97%	-1,69
Capital de terceiros (%)	46,94%	46,03%	1,98
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias/Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses)	0,008043	0,002229	260,85

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		lidado
ATIVOS circulantes	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	20.869	56,680
Títulos e valores mobiliários	20.005	
	798.604	569.902
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	159.200	174.785
Ativo financeiro de concessão	863.892	1.028.109
Impostos e contribuições sociais	35.688	46.663
Dividendos e JCP a receber	5.580	18.699
Outras contas a receber e outros ativos	43.838	51.959
Total dos ativos circulantes	1.927.671	1.946.797
ATIVOS não circulantes		
Títulos e valores mobiliários	4.339	4.133
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	13.618	13.618
Ativo financeiro de concessão	4.592.202	4.206.372
Impostos e contribuições sociais	26	26
Impostos e contribuições diferidos	-	112
Instrumentos financeiros derivativos	29.853	-
Outras contas a receber	18.301	16.975
Depósitos judiciais	28.295	26.843
Investimentos	1.912.943	1.780.935
Imobilizado	23.218	23.277
Intangível	65.828	35.732
Total dos ativos não circulantes	6.688.623	6.108.023
TOTAL DOS ATIVOS	8.616.294	8.054.820
PASSIVOS circulantes		
Fornecedores	58.314	39.297
Empréstimos e financiamentos	10.751	9.165
Debêntures	417.529	392.614
Impostos e contribuições sociais	44.768	78.790
Taxas regulamentares	68.553	73.805
Dividendos e JCP a pagar	7	6
Outras contas a pagar	46.883	51.101
		644 778
Total dos passivos circulantes	646.805	644.778
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes	646.805	
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos	646.805 409.780	359.599
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures	646.805	359.599 2.243.782
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos	646.805 409.780 2.461.895	359.599 2.243.782 34.243
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos	409.780 2.461.895 - 163.738	359.599 2.243.782 34.243 96.567
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437 4.044.242	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490 3.707.268
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437 4.044.242	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490 3.707.268
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reserva de capital	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437 4.044.242 3.042.035 594.507	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490 3.707.268
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reserva de capital Reserva de lucros	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437 4.044.242 3.042.035 594.507 878.340	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490 3.707.268 3.042.035 594.507 551.685
Total dos passivos circulantes PASSIVOS não circulantes Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos Financeiros derivativos Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis Outras contas a pagar Total dos passivos não circulantes TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reserva de capital	409.780 2.461.895 - 163.738 286.886 28.475 46.663 3.397.437 4.044.242 3.042.035 594.507	359.599 2.243.782 34.243 96.567 275.109 14.887 38.303 3.062.490 3.707.268

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2018	Consc	Consolidado		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)	2018	2017		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.077.059	1.391.074		
Custos operacionais				
Pessoal	(45.866)	(43.724)		
Material	(281.116)	(119.271)		
Serviços de terceiros	(27.520)	(26.699)		
Depreciação e amortização	(279)	(708)		
Outros custos operacionais	(7.575)	(7.375)		
	(362.356)	(197.777)		
LUCRO BRUTO	1.272.881	879.282		
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(77.686)	(75.437)		
Serviços de terceiros	(30.087)	(25.965)		
Depreciação e amortização	(6.121)	(3.218)		
Outras despesas operacionais	(30.388)	(16.980)		
	(144.282)	(121.600)		
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS, DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	1.128.599	757.682		
Resultado de equivalência patrimonial	301.256	168.578		
Receitas financeiras	62.913	69.753		
Despesas financeiras	(274.100)	(292.349)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(211.187)	(222.596)		
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.218.668	703.664		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(86.611)	(127.554)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.752)	72.175		
Imposto de renda e contribuição social	(147.363)	(55.379)		
Lucro líquido do exercício	1.071.305	648.285		
Lucro por ação				
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	1,03658	0,62727		
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	1.03658	0,62727		
Receitas				
Remuneração do ativo financeiro de concessão	-	576.548		
Correção do ativo financeiro	-	(23.152)		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	507.547	-		
Correção do ativo de contrato	347.204	-		
Operação e manutenção	573.088	554.481		
Construção e indenização	415.403	88.845		
Parcela variável	(20.264)	(9.028)		
Outras receitas	(14.685)	25.900		
	1.808.293	1.213.594		
Insumos adquiridos de terceiros (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e	COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(338.723)	(171.935)		
Despesas gerais, administrativas e outros	(36.612)	(22.815)		
	(375.335)	(194.750)		
Valor adicionado bruto	1.432.958	1.018.844		
Depreciação, amortização e exaustão	(6.400)	(3.926)		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.426.558	1.014.918		

30 Relatório Anual de **Responsabilidade Socioambiental 2018**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. • TAESA 31

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2018	Consc	olidado
Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)	2018	2017
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	301.256	168.578
Receitas financeiras	62.913	69.753
	364.169	238.331
Valor adicionado total a distribuir	1.790.727	1.253.249
Distribuição do valor adicionado pessoal		
Remuneração direta	65.600	63.754
Benefícios	34.608	31.662
FGTS	5.521	5.970
	105.729	101.386
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluem as taxas regulamentares da Aneel)	338.652	210.000
Estaduais	260	760
Municipais	681	469
	339.593	211.229
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	305.899	267.855
Instrumentos financeiros derivativos	(39.522)	15.773
Outras	7.723	8.721
	274.100	292.349
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos intercalares pagos	525.042	145.175
Juros sobre o capital próprio pagos	275.838	288.428
Reserva legal	53.565	32.414
Reserva de incentivo fiscal	48.613	22.943
Reserva especial	111.077	-
Dividendos adicionais propostos	57.170	159.325
	1.071.305	648.285
Valor adicionado total distribuído	1.790.727	1.253.249



INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

POSIÇÃO EM 31/12/2018	TAESA
Número de Empregados	587
Número de Empregados Próprios	587
Número de Empregados Terceirizados	-
	Em percentual (%)
Empregados até 30 anos	20%
31-40 anos	42%
41-50 anos	25%
Superior a 50 anos	12%
Número de mulheres em relação ao total	16%
Mulheres em cargos gerenciais em relação aos cargos gerenciais	12%
Empregadas negras em relação ao total – incluídos pardos	4%
Empregados negros em relação ao total – incluídos pardos	27%
Empregados portadores de deficiência	2%
	Em reais (R\$)
Remuneração (Salário base + Adicionais Periculosidade / Transferência) (2018)	53.690.898,34
Encargos compulsórios Fixos (87,02%)	28.202.661,11
Educação	1.246.177,00
Alimentação	5.606.303,15
Transporte	217.068,97
Saúde Saúde	9.745.545,71
Divisão da maior remuneração pela menor em espécie paga (Salário base)	61,50
Divisão da menor remuneração pelo salário mínimo vigente (Salário base)	1,36
	Em percentual (%)
Remuneração até R\$ 1.300 (Salário base + Adicionais Periculosidade / Transferência)	5%
R\$ 1.301 a 3.000	8%
R\$ 3.001 a 5.000	21%
Acima de R\$ 5.000	67%
EM R\$ MIL (BASE DEZEMBRO 2018)	
Salário médio de Diretoria	75.467,25
Salário médio de Gerência	27.658,96
Salário médio de Staff	8.642,92
Salário médio de Campo	4.235,07
Número total de empregados	587
EM PERCENTUAL (%) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPREGADOS	
Ensino Fundamental	4%
Ensino Médio	32%
Ensino Superior	49%
Pós-Graduação	13%
Valor investido em desenvolvimento profissional	1.223.013,00
Quantidade de horas investidas em desenvolvimento profissional por empregado (em horas) empregados treinados	49
	Em números
Número total de empregados ao final do período**	587
Número de demissões durante o período	124

^{*} Nesta linha somente se considera o número de empregados próprios.

BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA TAESA:

- Assistência Médica
- Assistência Odontológica
- Seguro de Vida
- Refeição / Alimentação

- Previdência Privada
- Vale Transporte
- Alimentação Natal
- Participação em Resultados
- Auxílio Creche

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Desde o início da Operação das Concessões da **TAESA** e no intuito de manter uma convivência harmônica com as comunidades circunvizinhas (*stakeholders*) dos empreendimentos, foram incluídas no planejamento anual de manutenção, as atividades referentes à reformas/implantação de colchetes, porteiras, bueiros e melhoria das estradas de acesso, bem como realização de campanhas educativas e de comunicação com a divulgação do número **0800-701-6682**, canal direto com a Companhia.

Diante da proximidade com esses stakeholders, são obtidos resultados satisfatórios no sentido de que além de evitar-se dificuldades de relacionamento, possibilita a formação de parcerias que refletem na proteção das instalações da **TAESA** e, com isso, a incolumidade da infraestrutura e o grau de confiabilidade do serviço prestado são significativamente preservados.

Com isso, importante destacar que quanto ao gerenciamento do impacto da empresa nas comunidades do entorno, não tiveram registros associados a este item.

PROJETOS DE **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Uma das diretrizes da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA) é otimizar da melhor maneira possível a aplicação dos recursos destinados a Projetos de Responsabilidade Social. Neste sentido, as empresas que compõem o Grupo Transmissora Aliança, priorizam a execução de projetos regidos pela sustentabilidade e que contribuam para a valorização da cidadania, inclusão e desenvolvimento social. Os projetos, atualmente patrocinados pela Empresa, são incentivados por meio dos benefícios oriundos da "Lei Rouanet", da "Lei do Esporte", da "Lei do Audiovisual", do "PRONON" - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, do "PRONAS" - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, do "FIA" - Fundo para a Infância e Adolescência e da "Lei do Idoso".



LEI ROUANET (LEI Nº 8.313/91)



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E MANUTENÇÃO 2018 • INSTITUTO INHOTIM

O projeto "Plano Anual de Atividades e Manutenção 2018 • Instituto Inhotim" tem como proposta viabilizar a manutenção e conservação dos acervos artístico e botânico do "Instituto Inhotim" e das diversas atividades multidisciplinares voltadas para a democratização do acesso à cultura, com ênfase de atuação nos municípios regionais.



GRUPO CORPO • TEMPORADA GIRA

O projeto "Patrocínio Grupo Corpo • Temporada Gira" teve como objetivo a remontagem das obras "21" e "GIRA" além da apresentação na cidade do Rio de Janeiro.



13° CINEOP • MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO

O Projeto "13° CINEOP • Mostra de Cinema de Ouro Preto" contemplou a exibição de mais de 50 filmes brasileiros em pré-estreias e retrospectivas, oficinas, debates, seminários, exposição, lançamentos de livros e atrações artísticas.



"MUSICAL DONA IVONE LARA • UM SORRISO NEGRO"

O Projeto "Musical Dona Ivone Lara - Um Sorriso Negro" contemplou a realização da montagem e da temporada artística do espetáculo, no Teatro Municipal Carlos Gomes, no Rio de Janeiro.



BIENAL BRASIL DO LIVRO E DA LEITURA

O Projeto "4ª Bienal do Livro e da Leitura" consistiu na realização da 4ª Bienal do Livro e da Leitura, no período de 18 a 26 de agosto de 2018, em Brasília-DF, com entrada franca, oferecendo a oportunidade de acesso ao melhor da literatura produzida no Brasil e no exterior.

LEI DO ESPORTE (LEI Nº 11.438/06)



Crianças participantes do Projeto Massificação do Tênis

ANO VII · COMPETIÇÕES EQUIPE DE TREINAMENTO **INSTITUTO DO TÊNIS**

O projeto " Ano VII • Competições Equipe de Treinamento do Instituto Tênis" objetivou a realização de competições para a equipe de jogadores do Instituto Tênis, custeando a participação de seus atletas nas principais competições mundiais. O público alvo do projeto são atletas do Instituto Tênis de 12 a 20 anos.

PROJETO: MASSIFICAÇÃO INSTITUTO TÊNIS

O Projeto "Massificação Instituto Tênis" destinou-se à realização de aulas de tênis em escolas públicas municipais e estaduais para crianças de 6 a 10 anos, que comtempla o fornecimento de toda a metodologia e materiais adequados para a prática da modalidade.



LEI DO AUDIOVISUAL (LEI Nº 8.685/93)



PROJETO: ANTROPOCENO • A ERA DO HOMEM

O Projeto "Antropoceno • A Era do Homem" visa a execução de um documentário que irá abordar o estabelecimento de uma rede global de transmissão de energia em 2054. O filme, para cinema e TV combina realidade e ficção em dois eixos temporais: 2020 e 2054.

PRONON • PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO ONCOLÓGICA (LEI 12.715/12)

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE DIAGNÓSTICO EM ONCOLOGIA

O projeto "Aquisição de equipamentos e ampliação da oferta de diagnóstico em oncologia" do Hospital Bom Samaritano destina-se à compra de um aparelho de ressonância magnética com o objetivo de possibilitar a acessibilidade imediata ao exame de Ressonância Magnética para o paciente oncológico de Governador Valadares e para as cidades da região leste do estado de MG.

CUIDADOS PALIATIVOS, CUIDADO HUMANIZADO ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA

O Projeto "Cuidados Paliativos, Cuidado Humanizado" tem como objetivo a estruturação de um setor de cuidados paliativos no Hospital Mário Penna, que permitirá a criação de atendimentos ambulatoriais ao paciente, em cuidados paliativos, por meio da oferta de atendimento médico, assistência social, fisioterapia e psicologia. Será estruturado um espaço de internação com 12 leitos por meio da disponibilização de recursos humanos, materiais hospitalares e medicamentos, alimentação, higienização e compra de equipamentos que irão promover um atendimento integral e humanizado ao paciente e seus acompanhantes.

PRONAS • PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 12.715/12)

PROJETO: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA A FAVOR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA APAE DE JANAÚBA

O Projeto "Inovação Tecnológica a Favor das Pessoas com Deficiência da APAE de Janaúba" tem como finalidade melhorar o processo de reabilitação/habilitação das pessoas com deficiência, atendidas na instituição, proporcionando o acesso a novas técnicas de tratamento.

FIA • FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (LEI 8.069/90)

SEMEANDO O FUTURO COM ARTE E CIDADANIA

O Projeto "Semeando o Futuro com Arte e Cidadania" da Fundação Futuro Brasil oferece suporte, principalmente às crianças e aos adolescentes carentes e em situação de risco social, bem como seus familiares, no que tange a orientação educacional, recreação educativa, esporte e lazer, acompanhamento ambulatorial pediátrico, orientação sobre planejamento e convívio família, doenças sexualmente transmissíveis, além de realizar a identificação e aprimoramento das potencialidades dessas crianças.

TRAMPOLIM

O Projeto "Trampolim" tem como proposta a realização de ações de inserção do adolescente no mercado de trabalho, priorizando o atendimento daqueles em situação de vulnerabilidade social e/ou afastados do trabalho regular. Promove também ações que fortaleçam o acesso de adolescentes e jovens ao Programa de Aprendizagem, conforme lei vigente.

LEI DO IDOSO • (LEI 21.114/14)

FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO • MG

Em 2018 a TAESA destinou ao "Fundo Estadual do Idoso MG" incentivos fiscais relativos à Lei do Idoso.

VALOR TOTAL INVESTIDO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

2017 • R\$4.590.000,00

2018 • R\$5.328.965,00

INDICADORES DO SETOR ELÉTRICO

Pesquisa e desenvolvimento

Em consonância com a Lei n° 9.991¹, as empresas do setor de energia elétrica devem investir no mínimo 0,4% (quatro décimos percentuais) de sua Receita Operacional Líquida ("ROL") em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), para o caso de concessões de serviços de "transmissão".

Com relação às determinações de investimento direto em projetos de P&D (0,4%), a Companhia mantem a aplicação destes valores em consonância com o disposto na regulação vigente.

Os projetos de P&D da TAESA visam desenvolver novas alternativas para o setor de transmissão de energia elétrica, além de buscar constantemente projetos de pesquisa que contribuam com a sustentabilidade, meio ambiente, economia, razoabilidade e principalmente, que gerem bons resultados e benefícios à sociedade brasileira, estimulando a competitividade da indústria do país. Os resultados destes projetos contribuem para manter a vanguarda tecnológica da Companhia no âmbito do setor elétrico nacional.

Abaixo o demonstrativo dos valores referentes às aplicações em P&D no ano.

DESCRIÇÃO	ANO 2018
Valor da ROL	1.635.237.950,54
Direito de Investimento em P&D	6.102.473
Aplicado em P&D²	7.734.483
² Obs.: As diferenças entre o direito de investimento em P&D	e o valor realmente aplicado são decorrentes dos valores

efetivamente investidos nos projetos de P&D frente ao volume disponível para investimento.

Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis no 10.438, de 26 de abril de 2002, no 10.848, de 15 de março de 2004, no 11.465, de 28 de março de 2007, no 12.111, de 09 de dezembro de 2009, e no 12.212, de 20 de janeiro de 2010.



PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2018

0038 • FADIGA DE CABOS • Co	ódigo ANEEL PD-5012	2-0001/2013		
Título Completo		Condutores CA, CAA (Cálculo de Vida Residua		parativa em Termos do
Resultado esperado	Desenvolver uma Metodologia para avaliação do uso da relação H/w no projeto contra fadiga eólica de cabos condutores de energia de alumínio puro (CA), de alumínio com alma de aço (CAA) e de alumínio liga (CAL).			
Empresa / Concessão	TAESA / ATE II	TAESA/ PATESA	ATE III	Brasnorte
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 2.120.938,08	R\$ 222.314,40	R\$ 1.131.847,24	R\$ 421.539,66
Orçamento total do projeto	R\$ 3.896.639,38			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017	: 93%	Dezembro de 2018	: 100%
0039 • LABORATÓRIO TAESA	• Código ANEEL PD-2	2609-0002/2014		
Título Completo	Dibenzildessulfeto,			escência de Compostos antes e de Sistemas de
Resultado esperado		compostos químicos u	ecção e remoção de Dib sualmente presentes e	penzildissulfeto (DBDS), em
Empresa / Concessão	TAESA / ATE	TAESA / ATE II	TAESA / GTESA	TAESA / NOVATRANS
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 1.273.431,45	R\$ 321.317,38	R\$ 48.714,42	R\$ 2.274.650,00
Empresa / Concessão	TAESA / PAT	TAESA / STE	TAESA / TSN	ETAU
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 566.840,92	R\$ 299.076,66	R\$ 1.724.476,75	R\$ 85.987,78
Orçamento total do projeto	R\$ 6.594.495,36			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017	: 96%	Dezembro de 2018	: 100%
0040 • ERGONOMIA • Código	ANEEL PD-2609-0003	/2014		
Título Completo			visando melhorias no pi nômicas e acidentes do	rocesso de identificação, trabalho.
Resultado esperado			-ência computacional c em campo através de e	com aplicação de lógica estudo psicossocial.
Empresa / Concessão	ATE III	TAESA / NC	VATRANS TAE:	SA / NTE
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 1.349.160,00	R\$ 675.822	,39 R\$ 1	61.218,58
Empresa / Concessão	TAESA / ETEO	ETAU		
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 327.400,00	R\$ 72.099,0	00	
Orçamento total do projeto	R\$ 2.585.699,97			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017	: 85%	Dez	embro de 2018: 100%
0042 • ANÁLISE DE IMAGENS	• Código ANEEL PD-0	2609-0042/2016		
Título Completo	Aplicativo computacional inteligente de aquisição e tratamento automático de imagens para monitoramento de manobras de chaves seccionadoras, inspeção e diagnóstico de falhas em equipamentos.			
Resultado esperado	Utilização deste recurso para garantir manobras bem sucedidas de chaves seccionadoras, permitindo a confirmação do estado destas após a realização de uma operação de telecontrole. Além disso, a utilização de imagem térmica irá permitir a identificação preventiva de falhas nos equipamentos supervisionados. Esse desenvolvimento de inteligência artificial é hoje uma tecnologia não disponível no setor elétrico, por isso objetiva que as análises sejam feitas automaticamente.			
Empresa / Concessão	TAESA / NOVATRAN	NS		
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 4.883.207,13			
Orçamento total do projeto	R\$ 5.814.486,00			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017	: 55%	Dezembro de 2018	: 78%

Título Completo		Riscos de Desligamentos das Linhas de Transmissão		
Resultado esperado	por Queimadas e Avaliação de Métodos de Manutenção de Faixas de Servidão. A pesquisa prevê criar um indicador de criticidade do trecho nas LTs, através da correlação do ciclo de crescimento de espécies florestais a resposta em diferentes sensores e, construir modelagem para análise destes parâmetros e outros dos meios físico, biótico e socioeconômico.			
Empresa / Concessão	TAESA / TSN			
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 4.372.829,06			
Orçamento total do projeto	R\$ 6.051.305,97			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017: 55%	Dezembro de 2018: 86%		
0045 • INSPEÇÃO DE TIRANT	ES • Código ANEEL PD-5012-0045/20	116		
Título Completo		Metodologia de Inspeção Preditiva e Não Destrutiv de Transmissão de Energia – Estudo de Caso: LT 230		
Resultado esperado	da combinação e correlação de téc terá aplicabilidade a todo o setor energia, para a avaliação tanto dos	O produto principal do projeto, a metodologia de diagnóstico da corrosão por meio da combinação e correlação de técnicas eletroquímicas e de reflectometria de impulso terá aplicabilidade a todo o setor elétrico, no âmbito das linhas de transmissão de energia, para a avaliação tanto dos tirantes das torres estaiadas como também para das fundações e sistemas metálicos externos.		
Empresa / Concessão	TAESA / ATE	TAESA / ATE II		
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 2.454.596,60	2.208.287,95		
Orçamento total do projeto	R\$ 5.864.464,30			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017: 55%	Dezembro de 2018: 86%		
0046 • MONITORAMENTO DE	EQUIPAMENTOS • Código ANEEL P	D-05012-0046/2017		
Título Completo		multicritérios para criar escala de hierarquização do transmento online, suportadas por software experimenta		
Resultado esperado	estado dos transformadores e reatores e	ades que permitirão obter de forma automática os índices de e a escala de hierarquização desse conjunto de equipamentos am ao fottware dados atualizados dos ativos.		
Empresa / Concessão	TAESA / ATE II			
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 3.194.927,15			
Orçamento total do projeto	R\$ 3.566.334,00			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017: 5%	Dezembro de 2018: 59%		
0049 • CLIMATOLOGIA OPERA	ACIONAL AUTOMATIZADA • Código	ANEEL PD-00414-0049/2017		
Título Completo	Ferramenta para previsão de risco d otimizada de recursos para manute	a ocorrência de fenômenos climatológicos e alocação enção emergencial de redes.		
Resultado esperado	Sistema o qual permitirá a previsão de orientar os responsáveis pela	o da ocorrência de queimadas e raios com o objetivo operação e manutenção da rede de transmissão de sistemas GIS e de sistemas especialistas do INPE		
Empresa / Concessão	TAESA / ETEO			
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 1.139.729,37			
Orçamento total do projeto	R\$ 3.835.776,00			
Avanço cronograma	Dezembro de 2017: 4%	Dezembro de 2018: 50%		
0052 • CONTROLE DE ATERRA	AMENTOS • Código ANEEL PD-04906	5-0052/2017		
Título Completo		ários: Tecnologia de IoT aplicada para a eliminação do nanência dos aterramentos temporários.		
Resultado esperado	Sistema eletrônico pata controle e de aterramentos temporários em	e monitoramento da instalação e retirada dos cabo LTs, LDs e SEs via sistema supervisório local e outro arantir que nenhuma manobra de reestabelecimento		
Empresa / Concessão	TAESA / ATE			
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 1.592.439,91			
Orçamento total do projeto	R\$ 2.144.113,00			
		Dezembro de 2018: 75%		

0053 • TELEPROTEÇÃO EM IEC	C-61850 • Código	ΔNFFI PD-07130	-0053/2018			
Título Completo		Teleprotecão em IEC-61850				
Resultado esperado	da rede de com	Desenvolver uma solução de comunicação de alto desempenho entre subestações da rede de comunicação em caso de falha, baixa latência e segurança a partir de um controlador SDN (Software-Defined Networking) de baixo custo.				
Empresa / Concessão	TAESA / NTE					
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 564.060,00					
Orçamento total do projeto	R\$ 5.752.555,00)				
Avanço cronograma	Dezembro de 20	017: -	Dezem	bго de 2018: 10%		
0039 • LABORATÓRIO TAESA • Código ANEEL PD-2609-0002/2014						
Título Completo	Dibenzildessulfe	Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema de Detecção por Fluorescência de Compostos Dibenzildessulfeto, DBDS e OUTROS Presentes em Óleos Isolantes e de Sistemas de Remoção dos mesmos Via Filtros Ativos.				
Resultado esperado	Acetileno e outr	Desenvolver linhas de pesquisa para detecção e remoção de Dibenzildissulfeto (DBDS), Acetileno e outros compostos químicos usualmente presentes em óleos minerais isolantes.				
Empresa / Concessão	TAESA / TSN	TAESA / MUNIRAH	TAESA / GTESA	TAESA / NOVATRANS	TAESA / ETEO	
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 143.519,36	R\$ 510,37	R\$ 730,00	R\$ 220.885,79	R\$ 49.000,00	
Empresa / Concessão	TAESA / STE	TAESA / ATE	TAESA / ATE II	TAESA / ATE III	ETAU	
Valor Realizado no Ano (R\$)	R\$ 13.806,00	R\$ 39.672,59	R\$ 9.594,84	R\$ 6.141,17	R\$ 321,49	
Orçamento total do projeto	R\$ 863.695,00					
Avanço cronograma	Dezembro de 20	017: 37%	Dezembro de 20)18: 87%		

RECOLHIMENTOS REGULATÓRIOS

Ainda em consonância com a Lei nº 9.991³, as empresas do setor de energia elétrica elegíveis nos termos da lei, devem destinar 0,4% de sua Receita Operacional Líquida ("ROL") ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e 0,2% de sua ROL para o Ministério de Minas e Energia ("MME").

Com relação a estas determinações de recolhimentos e investimentos, a **TAESA** confirma que realizou os recolhimentos junto ao FNDCT e ao MME m consonância com o disposto na regulação vigente.

Abaixo o demonstrativo dos valores referentes aos recolhimentos no ano.

DESCRIÇÃO	ANO 2018
Valor da ROL	1.635.237.950,54
Obrigação de recolhimento ao FNDCT	6.374.154,65
Recolhido ao FNDCT	6.374.320,77
Obrigação de recolhimento ao MME	3.269.218,05
Recolhido ao MME	3.269.301,11

Obs.: As diferenças entre o valor de obrigação de recolhimento do FNDCT e MME para os valores recolhidos, são decorrentes do período de vencimento (geralmente 40 dias). E as diferenças entre o direito de investimento em P&D e o valor realmente aplicado são decorrentes dos valores efetivamente investidos nos projetos de P&D frente ao volume acumulado disponível para investimento.

³Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis no 10.438, de 26 de abril de 2002, no 10.848, de 15 de março de 2004, no 11.465, de 28 de março de 2007, no 12.111, de 09 de dezembro de 2009, e no 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

DIMENSÃO AMBIENTAL O Grupo **TAESA** possui uma política de segurança, meio ambiente e saúde, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vidada população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Dotada de uma visão ampla, que vai além do foco econômico-operacional, a Companhia entende que seu sucesso organizacional está vinculado também com seu desempenho socioambiental e, por essa razão, considera estratégica a gestão de tais aspectos. 44 Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2018

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), cuja finalidade é a melhoria contínua da eficácia e eficiência de seus serviços e de seu desempenho ambiental, deve prover soluções para a minimização de suas necessidades ambientais através do planejamento, alocação de recursos, atribuição de responsabilidades e avaliação das práticas, procedimentos e processos adotados, em base contínua. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da empresa.

A **TAESA** vem constantemente aperfeiçoando suas políticas, processos, manuais e instruções, com o objetivo de estabelecer seu Sistema de Gestão Ambiental, que será aplicável às suas controladas, tendo como base as Normas ABNT NBR ISO 14001:2004 e ABNT NBR ISO 14031:2004 – padrões internacionalmente respeitados e reconhecidos.

DESCRIÇÃO

O foco do SGA é garantir, primeiramente, que todos os requisitos legais relacionados ao desempenho das operações da Companhia sejam cumpridos e, posteriormente, que sejam melhorados. A política de segurança, meio ambiente e saúde da TAESA não se restringe ao cumprimento estrito das leis e dos contratos que detém, busca constantemente pelo estabelecimento de metas próprias, preventivas de desempenho (por vezes não abordadas pelos requisitos legais e contratuais). Visa também seguir, voluntariamente, importantes documentos internacionais de proteção ao meio ambiente.

O SGA é composto pela Política, pelo Manual de Gestão e por Programas relacionados ao tema. Tais documentos estabelecem os objetivos e metas a serem cumpridas, riscos e impactos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão. O Sistema de Gestão Ambiental é aplicado a toda a Companhia e extensível para todo o grupo **TAESA**, estando todos os seus colaboradores, terceirizados e parceiros submetidos às suas diretrizes, aprimorando a condução de suas tarefas.

A Administração do desempenho socioambiental do GRUPO **TAESA** encontra-se diretamente vinculada à Diretoria Geral.

Dentre as atribuições do sistemaestá a avaliação sistemática do SGA que ocorre em intervalos regulares, momento em que são conferidos os seguintes itens: adequação, pertinência, eficácia e eficiência de suas ações.

A revisão é um processo inerente ao SGA e é baseada nas avaliações a partir do monitoramento das atividades realizadas, bem como em situações diferenciadas durante o ano tais como incidentes ou alterações na legislação. Dessa forma, os processos são revistos e, quando for o caso, adequados para que se alcancem os objetivos e metas previstos no SGA.

Toda a formatação e revisão do SGA são desenvolvidas de maneira participativa, construtiva, chamando as partes interessadas para o diálogo, a fim de que suas demandas e expectativas, atuais e futuras, sejam consideradas e retratadas no processo de estabelecimento das metas e objetivos dos Programas do SGA.

O SGA conta também com processos para identificação e monitoramento das necessidades e expectativas das partes interessadas em relação à Companhia. Tais processos incluem as pessoas na organização, vizinhos da faixa de servidão, proprietários, investidores e potenciais investidores, órgãos reguladores, fornecedores e prestadores de serviço, assim como a sociedade, em geral.

A **TAESA**, na elaboração de seus processos voltados para o SGA,visa à qualidade do relacionamento com seus colaboradores, terceirizados e parceiros. Para tanto, a Companhia estabelece diretrizes comportamentais, a fim de aprimorar continuamente o clima organizacional, contribuindo com o aumento da satisfação e o desempenho individual, isto, baseada nos aspectos: ambientais, sociais, operacionais e econômicos.

Adicionalmente, a Companhia busca o aprimoramento do ambiente de trabalho, aperfeiçoando as condições físicas do espaço compartilhado pelos empregados. Busca também incentivar oportunidades que proporcionem maior participação e envolvimento das equipes, inclusive quanto aos processos de

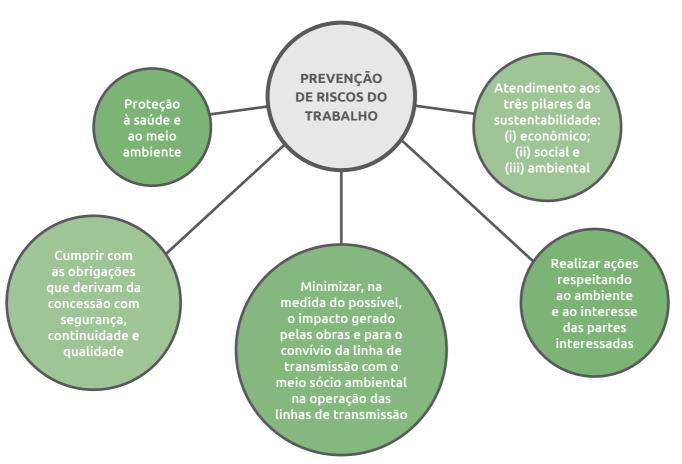
tomada de decisão; proporcionar treinamento contínuo e planejamento de carreira; reconhecendo e recompensando seus empregados.

Com relação aos fornecedores e parceiros, além de proporcionar as melhores condições de trabalho, a Empresa busca constantemente a aproximação e interação com as partes. A Companhia disponibiliza a cooperação técnica para a validação da capacidade e segurança de seus processos, motiva seus fornecedores e prestadores de serviço a implantar programas e ações de melhoria contínua de desempenho ambiental, e verificando periodicamente a conformidade de seus processos, tomando por base os requisitos contratuais assumidos.

POLÍTICA DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE ("SMS")

A Política SMS será o documento central do SGA do qual derivam todas as ações gerenciais e operacionais relacionadas aos aspectos socioambientais do negócio.

Dentre seus principais compromissos, estão:



Os Programas Ambientais e Sociais, da **TAESA** adotam diretrizes, planos, ações e estratégias, tudo de acordo com os compromissos da Política, que levem a cabo a sua realização, assegurando assim, o alcance do desempenho ambiental da Companhia. Destaca-se que os Programas também levam em consideração as seguintes premissas:

- desempenho mínimo são aqueles de caráter compulsório ou que podem gerar situações de risco elevado; e
- desempenho melhoria contínua relacionados ao atendimento das expectativas das partes interessadas.

Os programas existem para garantir que sejam cumpridos os critérios ambientais pertinentes a todas as fases de condução dos trabalhos do GRUPO **TAESA**, desde a construção, até operação e manutenção das Linhas de Transmissão. Tais critérios são identificados na legislação ambiental pertinente, nas licenças e autorizações em nome da Companhia, nas especificações técnicas da condução dos trabalhos e em outros documentos normativos, relacionados aos trabalhos das concessionárias.

Dessa forma, os Programas Sociais e Ambientais contêm uma enorme diversidade de ações e itens a serem controlados e monitorados. Todas as suas etapas são descritas detalhadamente.

Em geral os Programas, deverão contar, quando necessário, com os seguintes itens:

- Nome e apresentação do que é o Programa;
- Objetivo;
- Metas a serem verificadas, e seus quantitativos, quando for o caso;
- Possíveis programas de apoio ou transversais:
- Cronograma;
- Metodologia;
- Matriz de autoridade / responsabilidade;
- Indicadores de desempenho;
- Documentos associados:
- Histórico: e
- Público-Alvo.

Ainda na dimensão ambiental é importante mencionar a obrigação de Compensação Ambiental das concessões de serviços públicos, estabelecida pela Lei Federal nº 9.985/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002 e que, portanto, constitui uma obrigação legal de todos os empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.

Os empreendedores ficam obrigados a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação por meio da aplicação de recursos correspondentes em até 0,5% (alterado pelo Decreto Federal nº 6.848/2009) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Todas as concessões do Grupo **TAESA** passíves desta obrigação tiveram seus percentuais de investimentos avaliados e aprovados pelos Órgãos ambientais.

Ressalta-se que anteriormente a publicação do Decreto Federal nº 6.848/2009, não havia regramento legal que determinasse o limite percentual para investimento em Compensação Ambiental.

O status dos contratos/termos relacionados à execução de ações e determinações vinculadas aos projetos de Compensação Ambiental podem ser conferidos abaixo, baseados nos cronogramas estabelecidos pelos Órgãos Ambientais e anexos aos contratos principais.

LINHA DE TRANSMISSÃO SUDESTE NORDESTE

Em relação à Compensação Ambiental, foi assinado com o IBAMA, o Termo de Compromisso datado de 04 de março de 2005, que estabeleceu o investimento pela **TAESA** (TSN) da quantia total de R\$ 6.305.888,76 (seis milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos) para ser aplicada nas seguintes localidades:

- Unidades Federais (Parque Nacional da Chapada Diamantina);
- Unidades Estaduais (APA de Pouso Alto); e
- Unidades Municipais (Parque Municipal do Lavapés no Município de Cavalcante).

Com relação às Unidades Federais, em consonância com disposto no Termo de Compromisso de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental, celebrado em 28 de abril de 2010 entre a **TAESA** (Concessão 097/2000) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), relatase que foram quitadas todas as parcelas descritas no referido contrato, totalizando o montante R\$5.681.000,00 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), cuja aplicação foi destinada ao Parque Nacional Chapada da Diamantina - BA. O ICMBio expediu em 23 de dezembro de 2010 o Termo de Quitação Total do valor acordado entre a TAESA (Concessão 097/2000) e o Instituto.

Relativamente às Unidades Estaduais, para a quitação total das obrigações de Compensação Ambiental em relação à Concessão nº 097/2000, o montante determinado foi de R\$125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais). Em 2014, 98% (noventa e oito por cento) dos investimentos foram devidamente aplicados junto à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH) de acordo com determinação do ICMBio. O restante do investimento está programado para o exercício de 2019 (aguarda-se a definição de aplicação do saldo pelo Órgão Licenciador), quando a Concessão pleiteará a emissão do Termo de Quitação Integral referente às Unidades Estaduais.

No tocante às Unidades Municipais, o compromisso de Compensação Ambiental está praticamente liquidado, pois já foram aplicados praticamente 99% (noventa e nove por cento) dos investimentos determinados. O restante do investimento está programado para o exercício de 2019 (aguarda-se a definição de aplicação do saldo pelo Órgão Licenciador), quando a Concessão pleiteará a emissão do termo de quitação integral referente às Unidades Municipais.

LINHA DE TRANSMISSÃO CAMAÇARI II - SAPEAÇU

A TAESA firmou com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia- SEMA/BA, órgão ambiental estadual da Bahia, um Termo de Compromisso em 05 de dezembro de 2012, por meio do qual ficou estabelecida a quantia de R\$ 280.201,25 (duzentos e oitenta mil, duzentos e um reais e vinte e cinco centavos). O investimento do processo foi integralmente aplicado e a emissão do Termo de Quitação ocorreu em dezembro de 2017.

LINHA DE TRANSMISSÃO SANTA CRUZ - PARAÍSO AÇU II

O IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, órgão estadual do Rio Grande do Norte, aprovou o valor de R\$177.707,35 (cento e setenta e sete mil, setecentos e sete reais e trinta e cinco centavos), o que correspondeu a 0,73% do valor do empreendimento, a ser aplicado na Unidade de Conservação estadual.

O recurso supra descrito foi integralmente aplicado em favor da Administração e Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA.

A compensação ambiental referente ao trecho LT Sta Cruz – Paraíso Açu foi devidamente quitada junto ao Órgão Ambiental em 19 de julho de 2004.

LINHA DE TRANSMISSÃO GOIANINHA - MUSSURÉ II

O IBAMA aprovou o valor de R\$105.850,00 (cento e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), 0,73% do valor do investimento, a ser aplicado na Unidade de Conservação abaixo descrita.

• Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE

Semelhante ao trecho LT Sta Cruz – Paraíso Açu, destaca-se que a compensação ambiental do trecho LT Goianinha – Mussuré II, foi devidamente quitada junto ao Órgão ambiental em agosto de 2006.

LINHA DE TRANSMISSÃO NORTE SUL II

A **TAESA** cumpriu 100% das obrigações de Compensação Ambiental cuja aplicação em Unidades de Conservação por onde passa a LT Norte-Sul II totaliza R\$ 6.042.000,00 (seis milhões e quarenta e dois mil reais). A **TAESA** aguarda a definição da aplicação, pelo Órgão, para que possa cumprir integralmente com essa condicionante.

Unidades beneficiadas com recursos de Compensação Ambiental da TAESA (Novatrans):

- Reserva Biológica de Gurupi MA
- Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins TO
- Parque Nacional Nascente do Rio Parnaíba PI/MA/TO/BA
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros GO
- Área de Proteção Ambiental do Descoberto DF
- Parque Nacional do Itatiaia RJ

O Termo de Quitação foi emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade ("ICMBio") em maio de 2018.

Em relação à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi aprovado o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para aplicação, a título de Compensação Ambiental, para beneficiar a Comunidade Indígena Avá Canoeiro, tendo em vista que o empreendimento gerou interferência na área desta Comunidade. O cumprimento das obrigações está previsto para ser finalizado no ano de 2019.

LINHA DE TRANSMISSÃO ASSIS - SUMARÉ

• Estação Experimental e Ecológica de Assis – SP

A compensação foi efetivada por meio da recuperação de uma área de 68,44 ha., com o plantio de 116.348 mudas de árvores de espécies nativas na Estação Experimental e Ecológica de Assis, vinculada

ao Instituto Florestal de São Paulo. A ETEO quitou todos os seus compromissos relacionados à compensação ambiental em janeiro de 2005.

LINHA DE TRANSMISSÃO COLINAS - MARABÁ E CARAJÁS - ITACAIÚNAS

A Compensação Ambiental referente à Licença de Operação nº 5.123/2010, emitida pela Secretaria do Meio Ambiente do estado do Pará – SEMA/PA, foi integralmente aplicada pela ATE III na quantia de R\$ 1.261.793,00 (um milhão duzentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e três reais). Estima-se que o termo de quitação seja expedido no ano de 2019.

LINHA DE TRANSMISSÃO ITACAIÚNAS - COLINAS

Em relação à Compensação Ambiental referente à Licença de Operação nº 753/2008, o IBAMA definiu as unidades gestoras para a efetiva realização do investimento. Dessa forma, esta obrigação está em fase de cumprimento. Estima-se que as obrigações sejam liquidadas até o ano de 2019.

LINHA DE TRANSMISSÃO LONDRINA - ARARAQUARA

A ATE concluiu até dezembro de 2014, 90% (noventa por cento) de sua obrigação em relação à Compensação Ambiental do total destinado de R\$ 1.849.446,95 (um milhão, oitocentos e guarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais, noventa e cinco centavos). Espera-se em 2019, a conclusão do investimento e a consequente solicitação da emissão do Termo de Quitação Total pelo órgão correspondente.

LINHA DE TRANSMISSÃO COLINAS - SOBRADINHO

Em 09 de julho de 2008, a ATE II obteve a quitação da Compensação Ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio no total de R\$ 2.420.535,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Em 2012, a ATE II investiu R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) junto ao Parque Estadual do Mirador, no Estado do Maranhão.

Assim, a destinação do valor total de R\$ 2.820.535,00 (dois milhões, oitocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais), destinado à Compensação Ambiental em relação ao empreendimento, foi devidamente cumprido, somente aguarda-se a emissão do termo formal de guitação que está previsto para o ano de 2019.

LINHA DE TRANSMISSÃO XINGÓ - ANGELIM II

O ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, aprovou o valor de R\$577.179,00 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e setenta e nove reais) para aplicação na Reserva Biológica de Pedra Talhada.

O desembolso foi realizado pela NTE junto à Caixa Econômica Federal, no valor acima descrito, por meio de depósito identificado em Conta de Compensação Ambiental em atendimento ao Termo de Compromisso firmado com o ICMBio.

Desta forma, a compensação ambiental referente à LT Xingó – Angelim II foi devidamente guitada junto ao Órgão Ambiental. O Termo de Quitação Integral foi emitido, pelo ICMBio, em Janeiro de 2011.

LINHA DE TRANSMISSÃO ANGELIM - CAMPINA GRANDE II

Semelhante ao trecho LT Xingó – Angelim II, destaca-se que a compensação ambiental do trecho LT Angelim – Campina Grande II, também foi devidamente quitada junto ao Órgão Ambiental. O Termo de Quitação Integral foi emitido, pelo ICMBio, em 28 de Abril de 2010.

O desembolso efetivado junto ao ICMBio, totalizou o montante de R\$ 293.950,52 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos), que foram aplicados na Reserva Biológica de Saltinho, em atendimento aos Termos de Compromisso celebrados.

LINHA DE TRANSMISSÃO URUGUAIANA - SANTA ROSA

A STE está em fase de aplicação do Plano de Trabalho pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) referente ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental. Assim, estima-se que o investimento de R\$ 181.046,13 (cento e oitenta e um mil guarenta e seis reais e treze centavos) seja concluído até o ano de 2019.

PROGRAMAS AMBIENTAIS

São descritos a seguir os programas desenvolvidos pela TAESA:

PROGRAMA DE GESTÃO DE **RESÍDUOS • PGR**

PROGRAMA DE

MANUTENÇÃO

DAS VIAS DE

ACESSO E DA FAIXA DE

SERVIDÃO

Os resíduos, produzidos nos escritórios das LT's e SE's são, em sua grande maioria, do tipo Classe II B - Inertes e são coletados pelas Prefeituras Municipais. O Programa de Gestão de Resíduos tem como objetivo central a definição de diretrizes para o gerenciamento dos resíduos sólidos resultantes dos processos de operação da Companhia (coleta, manuseio e embalagem, armazenamento temporário, transporte, tratamento e disposição final). Tal programa é voltado tanto para colaboradores diretos, como para prestadores de serviços.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- O atendimento às exigências da legislação vigente;
- A eliminação/minimização dos riscos ambientais, prevenção da poluição, preservação dos recursos naturais e atendimento às necessidades e expectativas das partes interessadas.

O Programa de Manutenção das Vias de Acesso e da Faixa de Servidão objetiva a verificação preventiva e identificação de não conformidades de natureza ambiental nas áreas localizadas em vias de acesso, nas praças das torres e na faixa de servidão.

Adicionalmente, deve-se realizar a adoção, execução, fiscalização, monitoramento e aprovação das ações corretivas relacionadas. É necessária ainda a recuperação de todas as áreas que tenham sofrido algum tipo de alteração nas suas características, a fim de que o local da interferência volte a ter uma condição próxima da existente, antes da realização das intervenções.

Nesse sentido o Programa prevê ações conservacionistas, cujas metas são:

- A recomposição topográfica; e
- A recomposição florística e paisagística das áreas identificadas.

O foco das principais ações adotadas reside:

- No preparo do solo: e
- No restabelecimento da vegetação.

Em relação à recomposição florística e paisagística, devem ser atendidos os seguintes reguisitos:

- Utilização de espécies nativas da região;
- Adoção de modelos de plantio baseados na sucessão ecológica;
- Utilização de espécies arbustivas e herbáceas (preferencialmente leguminosas) de ciclo anual para recobrimento imediato do solo; e
- Utilização de espécies arbóreas de rápido crescimento para recuperação da área o mais breve possível.

Os resultados esperados dessas ações devem ser:

- Estabilidade do solo;
- Condições para tráfego de pessoal e equipamentos para manutenção da Linha de Transmissão;
- Estabilização dos processos erosivos;
- Aspectos paisagísticos similares à área do entorno;
- Sistemas eficientes de drenagem superficial.

O Programa de Manutenção das Vias de Acesso e da Faixa de Servidão é realizado em 4 (quatro) fases distintas: (a) planejamento; (b) implantação; (c) monitoramento e (d) manutenção.

Abaixo citamos as principais ações realizadas durante as fases de Implantação e de Manutenção.

IMPLANTAÇÃO

- Recomposição topográfica;
- Amenização dos taludes e reafeiçoamento do terreno;
- Adequação da drenagem superficial;
 - Proteção de taludes e bermas;
 - Telas Georreforçadoras;
- Mantas/telas Vegetais Biodegradáveis;

- Bermalongas;
- Almofadas;
- Revegetação;
- Preparo do solo; e
- Seleção de espécies.

MANUTENÇÃO DOS PLANTIOS EFETUADOS

- Cercamento da área;
 - Irrigação;
- Controle Fitossanitário;
- Roçada e Coroamento;
 - Reposição das mudas; e
 - Adubação de cobertura.

Telas Georreforçadoras:

Consiste em malha vegetal flexível de materiais fibrosos, resistentes e entrelaçados, amarradas com fios de aço para garantir sua estabilidade. Este material proporciona reforço mecânico para o solo até o desenvolvimento do sistema radicular da vegetação. É constituída de produtos totalmente biodegradáveis.

Mantas/telas Vegetais Biodegradáveis:

São estruturas biotêxteis orgânicas compostas de materiais fibrosos picados (mantas) ou inteiros (telas), entrelaçados entre si por uma malha de fios têxteis vegetais resistentes ou biodegradáveis (telas).



Fotos 01 e 02 • Vista da área da torre antes e depois da manutenção • LT CO-MC 2 - NV



Fotos 03 e 04 • Vista da área da torre antes e depois da manutenção • LT LON-ASS – ATE I

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2018

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas • PRAD objetiva a realização de ações corretivas associadas às não conformidades identificadas durante o processo de vistoria.

Destaques dos Indicadores de Desempenho:

- Área total recomposta, por tipo de vegetação introduzida (gramíneas, leguminosas forrageiras e espécies arbóreas nativas em plantios heterogêneos);
- Área total revegetada, por praças e por canteiro de obras;
- Número de intervenções adotadas, por tipo de intervenção (canais de desvio de drenagem, muros de proteção, caixas de dissipação de energia, telas georreforçadas, mantas e telas biodegradáveis, bermalongas e almofadas); e
- Número de intervenções emergenciais adotadas.

A recuperação de área degradada pode ser realizada implantandose drenagens superficiais, dissipadores de energia e revegetação com espécies da própria região.

Os recursos financeiros aplicados a este programa estão englobados nos custos de manutenção das instalações das Empresas.



Fotos 4-9: Recuperação de erosão realizado na torre 710 do trecho COL-RGV – LT 500 kV ATEII LO 579/2006 (ATE II)

PROGRAMA DE CORTE SELETIVO E PODA DE VEGETAÇÃO

Propõe atividades de corte e poda de vegetação, visando garantir a segura operação da linha de transmissão, em acordo com a legislação vigente.





Fotos Fotos 5-10: Vista da faixa de servidão antes e depois da manutenção • LT IN-CO - ATE III; Vista da área da torre antes e depois da manutenção – LT ASS-STAR – ATE I; Relocação de orquídeas • Projeto Miracema.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA

Tratamento das observações de indivíduos mortos na faixa de servidão, ninhos de aves, formigueiros e colmeias.



PROGRAMA DE

RECUPERAÇÃO

DE ÁREAS

DEGRADADAS •

PRAD

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE ACÕES EM TERRAS INDÍGENAS

Acompanhamento de ações gerenciais de recuperação, manutenção ou qualquer outra ação em Terras Indígenas.

PROGRAMA DE INTERFERÊNCIAS EM ÁREAS MINERÁRIAS

Objetiva identificar e quantificar jazidas e propor soluções e alternativas quanto à indenização e/ou relocação das unidades atingidas ou sua renúncia.

PROGRAMA DE ESTUDOS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO **AROUEOLÓGICO**

Visa gerenciar os estudos arqueológicos, considerando a pesquisa em espaços destinados a implantação das linhas de transmissão, além da identificação de sítios, o salvamento arqueológico e atendimentos especiais em áreas de alta relevância



Fotos: Resgate Arqueológico Itabirito 2 – Vespasiano 2

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS EFEITOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E DO RUÍDO

Consiste no gerenciamento desses efeitos através da realização de medições e da análise dos resultados obtidos.

PROGRAMA DE **TREINAMENTO AMBIENTAL**

Promove a capacitação dos envolvidos no SGA, através da aprendizagem e do conhecimento, adotando como princípio o fato de que são as pessoas que compõem o instrumento principal para se atingir a conformidade e a satisfação do programa.



Treinamento com as empresas terceirizadas que realizam a supressão vegetal • LT 230 kV Marabá – Itacaiúnas

PROGRAMA DE USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO

O Programa de Uso e Ocupação da Faixa de Servidão consiste no relato, incentivo e estabelecimento de um melhor uso da faixa de servidão.

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO **AMBIENTAL**

Objetiva diligenciar as ações de repasse de recursos financeiros como forma de compensação aos impactos ambientais decorrentes da implantação das linhas de transmissão.



Entrega das obras referente a primeira etapa da Compensação Ambiental com a Funai, LT 500 kV Norte – Sul II (NVT).

PROGRAMA DE PERCEPÇÃO DE INTERFERÊNCIAS ELÉTRICAS

Consiste em identificar, analisar e validar a percepção da população próxima à linha de transmissão, quanto aos efeitos operacionais da linha.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE INDENIZAÇÕES E RELOCAÇÕES

Este programa visa acompanhar e monitorar as atividades relacionadas a indenização e relocação.

PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANCA DO TRABALHO

Visa a conscientização constante com relação a segurança no trabalho. É cultura da Diretoria a busca das melhores e mais seguras práticas de trabalho; identificação do problema, suas causas e a adoção de bloqueios visando impedir ocorrências com causas semelhantes. É meta da TAESA a busca constante do indicador Zero de acidentes de gualquer Natureza.



Vale ressaltar que a **TAESA** possui uma estrutura, integrantes da Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (Diretoria Técnica), para apoiar nas acões a serem executadas em campo e que demonstra-se da seguinte forma:



O objetivo desta distribuição é manter a Legalidade Ambiental das Atividades de Operação e Manutenção dos Ativos da Companhia responsáveis pela Disponibilidade do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, implantando processos visando o Gerenciamento Ambiental em todos estes Ativos.

- Regional Brasília: Sede em Minaçu / GO, atendendo a 1.716 km de Linhas, (TSN SE Serra da Mesa I a SE Bom Jesus da Lapa e NVT - SE Samambaia a SE Gurupi);
- Regional Assis: Sede na Cidade de Assis / SP, atendendo 1.241 km de Linhas (ETEO, ATE I e STE);
- Regional João Pessoa: Sede em João Pessoa /– PB, responsável por 1392 km de Linhas (GTESA, PATESA, NTE, ĀTE II – SE Sobradinho a SE São João do Piauí e TSN - SE Bom Jesus da Lapa a SE Camaçari);
- Regional Araquaína: Sede em Araquaína / TO, atendendo 2.610 km de Linhas (ATE III, NVT SE Gurupi a SE Imperatriz e ATE II entre as SE's de São João do Piauí e Colinas).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA) E COMUNICAÇÃO **SOCIAL (PCS)**

As empresas do Grupo **TAESA** desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações.

Os temas abordados nas campanhas do programa de Comunicação e Educação Ambiental foram: queimadas, vandalismo, destinação adequada de resíduos, uso e ocupação da faixa de servidão, convívio seguro com a LT e divulgação do número de telefone **0800-701-6682** da **TAESA** e o número 0800-61-8080 da Linha Verde do IBAMA. Além desses temas, foram abordadas outras problemáticas tais como: Doenças Sexualmente Transmissíveis e outros assuntos de interesse geral.

Os recursos financeiros aplicados estão englobados nos custos de manutenção das instalações da Companhia.

QUANTITATIVOS DA CAM	PANHA	DE C	NUMO	NICAÇ	ÃO SC	CIALE	EDUCAÇÂ	MA OÀ	BIENTA	L TAES	A 2018:
Itens/Concessão	ETEO	ATE	STE	NVT	TSN	GTESA	PATESA	NTE	ATE II	ATE III	TOTAL
Cidades visitadas	15	14	3	19	12	7	2	11	9	4	96
Escolas visitadas	0	1	2	3	1	0	1	1	3	2	14
Instituições visitadas	9	3	1	1	0	0	0	0	0	0	14
Palestras realizadas	3	4	0	9	1	1	1	1	4	1	25
Comércio visitado	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	4
Proprietários visitados	9	9	34	89	842	258	22	460	48	14	1785
Total de ouvintes • Público Alvo	743	454	454	762	907	258	148	585	835	177	5323

^{*} Em 2017, o total de ouvintes, público-alvo foi de 9.524. A diferença entre os períodos faz parte da programação em razão da criticidade de atuação junto as comunidades do entorno.

REGISTRO DAS CAMPANHAS POR REGIONAIS:

REGIONAL BRASÍLIA



Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2018

REGIONAL ASSIS

REGIONAL JOÃO PESSOA





REGIONAL ARAGUAÍNA



Educação Ambiental e Comunicação Social • Regional Araguaína/TO.



Educação Ambiental e Comunicação Social • Regional Araguaína/TO.

Por fim e com o intuito de demonstrar a atenção da TAESA para as atividades de cunho ambiental, a Companhia, regularmente, adota medições para viabilizar o processo de melhoria contínua de suas ações, a sequir elencadas:

BODA a Volum	PODA • Volume de resíduos gerados em m³ por mês			
PODA • Votuli	ie de residuos gerados em mº por mes	2017	2018	
Comentários:	Todo o material lenhoso acima de 10 cm de diâmetro (DAP) foi entregue ao proprietário para aproveitamento, sendo que a galhada fina é repicada e espalhada fora da faixa de servidão no intuito de acelerar a biociclagem.	66	60	
INCÊNDIOS D	E QUEIMADAS • Número de ocorrências de área degradada por queimadas	RESUL	TADOS	
INCENDIOS D	E QUEIMADAS - Numero de ocorrencias de area degradada por queimadas	2017	2018	
Comentários:	A grande maioria das queimadas que ocorrem ao longo do traçado das LT's têm sua origem fora das faixas de servidão e acabam se tornando incêndios florestais. A grande maioria das queimadas possui origem voluntária e criminosa.	41	13	
VA 7 A MENITO	DE ÓLEO • Pontos de vazamento	RESUL	TADOS	
VAZAMENTO	DE OLEO • Pontos de vazamento	2017	2018	
Comentários:	O aumento no número de vazamentos é devido a explosões de reator e transformadores de corrente. Foram tomadas as devidas providências emergenciais conforme Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúdee PP nº 013 SM da TAESA. Ressalta-se que as ocorrências não geraram dano ambiental.	2	8	

DIMENSÃO AMBIENTAL COMPARATIVO ANUAL DE INDICADORES AMBIENTAIS 2017-2018 • CONCESSÃO TAESA				
Geração e tratamento de resíduos	2017	2018		
RESÍDUOS SÓLIDOS Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho, etc.)	126,78	147,44		
Consumo de Energia por fonte (kWh) • Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização	2017	2018		
Combustíveis fósseis Diesel e Gasolina (Litros)	358.534,83	583.051,47*		
Consumo Total de Energia (em KWh)	4.681.788,81	2.664.152,89		
Abastecimento rede pública água (m³)	5.422,399	70.504,46		
Fonte subterrânea (poço)	Sem registro	0		
Consumo de água por empregado (m³)	10,78	144,14**		
Educação e conscientização ambiental	2017	2018		
Na organização				
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental	30	47		
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental/ total de empregados	5,96%	14%		
Número de horas de treinamento ambiental	23	56		
Na comunidade				
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas	53	16		
Percentual de escolas atendidas / número total de escolas da área de concessão	10,49%	3,77%		
Número de professores capacitados	53	105***		
Número de pessoas atendidas	9.524	991		

^{*}Aumento de frota (O&M e Projetos em implantação) ** Aumento em razão das obras (reforços, melhorias e implantação) dos projetos. ***Aumento devido a escolas com maior estrutura (maior número de professores).

SUSTENTABILIDADE

CONCEITO

A Sustentabilidade, seguindo uma linha teórica clássica e imparcial, pode ser entendida como o conjunto de ações que permitem que um bioma se mantenha vivo, saudável e possua todo o necessário para lidar com os riscos inerentes, fortalecer, prosperar e evoluir. Logo, percebe-se o porquê de a Sustentabilidade ser considerada como um horizonte, como uma busca contínua pela melhoria.

Levando em conta sua etimologia, relacionada a termos como "sustentar", "apoiar" e "suportar", a palavra "Sustentabilidade" passou a ser usada, a partir da década de 1970, juntamente com a expressão "Desenvolvimento Sustentável", para se referir à mitigação das atividades humanas permitindo apoiálas em bases sólidas, sustentadas por si só e suportáveis pelo ecossistema terrestre. Portanto, por essência, a Sustentabilidade tende a equilibrar as necessidades da sociedade contemporânea com as necessidades da sociedade futura.

HISTÓRIA

Até o século passado, predominava, no senso comum mundial, a noção de que a Terra era uma fonte de recursos inesgotável e que a atividade humana não era significativa para afetar o Sistema Terrestre e sua biodiversidade. Entretanto, a partir da 2ª Revolução Industrial (1870 – 1945), efeitos nocivos perceptíveis se multiplicaram: contaminação de rios e solos que antes eram fonte de água potável, alimento e renda para governos, povos e comunidades; chuvas ácidas que danificam plantações e lençóis freáticos; inversão térmica; extinção de espécies causando desequilíbrio em ecossistemas; doenças pulmonares causadas pela poluição atmosférica; enfraquecimento da camada de ozônio relacionada ao aumento da temperatura global (efeito estufa) e elevação do nível do mar devido ao derretimento do gelo polar. Estes, entre outros fatores, serviram como prova para a tese de que tal concepção estava equivocada e que a Terra poderia não suportar a atividade humana.

Foi então que, na década de 1970, por meio de modelos matemáticos desenvolvidos pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), nos Estados Unidos, ficaram comprovadas as previsões de alguns cientistas, ONGs e grupos da Sociedade Civil organizada sobre o meio ambiente. Atestou-se, portanto, que o modelo exponencial de produção, consumo e descarte vigente (conhecido como Avaliação de Ciclo de Vida – ACV), juntamente com o crescimento desordenado da população mundial, não eram compatíveis com as capacidades de suprimento de recursos naturais e energéticos do Planeta e este não suportaria o desenvolvimento econômico global a longo prazo.

Naquela mesma década, com base nesse pensamento, fortaleceu-se um movimento internacional, respaldado pelas Nações Unidas, com o intuito de repensar a interação humana com o meio ambiente. Este movimento, que colocou em voga o conflito entre o modelo de desenvolvimento econômico versus ecossistemas e biodiversidade, resultou em diversas convenções, cúpulas, conferências, protocolos, tratados e fóruns internacionais para se debater um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentado.

Resumidamente, os principais acontecimentos mundiais sobre meio ambiente que são base para o tema foram: Conferência de Estocolmo (Suécia, 1972) onde o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), principal Player internacional sobre meio ambiente, foi criado; Relatório Brundtland (1987) que definiu as bases e abriu caminhos para o desenvolvimento sustentável; Cúpula da Terra (Rio de Janeiro, 1992) que estabeleceu prazos e planos de ação para tratar da mudança climática; Protocolo de Quioto (Japão, 1997) que firmou o compromisso das nações em reduzir as emissões de gases poluentes; Cúpula do Milênio (Nova Iorque, 2000) onde criou-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (precursores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Já a Agenda 21, tem como premissas básicas metas voltadas para inclusão social, educação, saúde, distribuição de renda, sustentabilidade urbana e políticas para um crescimento econômico planejado rumo ao desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL • ODS

Em 2015, ocorreu a 21ª Conferência entre as Partes (COP-21), onde foi assinado o Acordo de Paris, na França. A Conferência foi realizada para discutir os resultados dos Objetivos do Milênio, tendo como escopo principal a contenção do aquecimento global em até 2°C até o ano de 2100. 175 países assinaram o Tratado corroborando, portanto, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Atualmente, o Acordo de Paris é o Tratado Internacional sobre Sustentabilidade mais relevante e respeitado. É o norte da atualidade no tema de desenvolvimento sustentável. Os Objetivos estão representados na imagem abaixo:



- ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- ODS 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- ODS 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
- ODS 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável,
- moderno e a preço acessível à energia. • ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e
- sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos,

- seguros, resilientese sustentáveis.
- ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos(*).
- ODS 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

(*)Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA • ASG

Trazendo a temática para o domínio prático, a Sustentabilidade é aplicável a vários segmentos da atividade humana. A Sustentabilidade não é inerente apenas a governos, grandes indústrias poluidoras e metrópoles. Qualquer atividade que fortaleça suas bases e evite seu insucesso, já é, por si só, uma prática sustentável. Dessa forma, as premissas da Sustentabilidade e os ODS também são inerentes à atividade empresarial. A sustentabilidade aplica-se em políticas públicas, em métodos de ensino, em tratamentos de saúde, em relacionamentos, na própria saúde mental, em novas tecnologias, em empresas.

Outro tema muito ventilado ao se tratar de sustentabilidade empresarial são os métodos e técnicas em áreas-chave de atuação que deram – e continuam dando – resultados positivos para a sustentabilidade de uma empresa. São elas as dimensões Ambiental, Social e Governança – ASG. As práticas ASG expandiram a visão do empresariado que, outrora, enxergava a necessidade da sustentabilidade apenas devido ao temor do esgotamento de sua matéria prima. Destrinchando as práticas ASG, observa-se a amplitude das ações cabíveis para a melhoria do desempenho socioambiental de uma organização:

	ASG
	Impacto Ambiental
	Gestão de Riscos
	Performance Ambiental
	Parcerias para Soluções Ambientais
	Impacto nas Mudanças Climáticas
	Matérias Primas
AMBIENTAL	Escassez de Água
	Impactos Ambientais Setoriais (químicos etc)
	Poluição
	Descarte de Resíduos
	Dano à Biodiversidade
	Inovação, Tecnologias Limpas e Energias renováveis
	Reporte
	Direitos Humanos
	Condições de Trabalho
	Relação com Clientes e Fornecedores
	Relação com Colaboradores
SOCIAL	Engajamento com Stakeholders
SOCIAL	Envolvimento com Comunidades
	Impactos Sociais Setoriais
	Segurança da Informação
	Diversidade dos Colaboradores
	Reporte
	Práticas da Diretoria
	Estrutura de Poder
	Código de Ética
	Gestão de Riscos
GOVERNANÇA	Relação Diretoria - Stakeholders
	Diversidade da Diretoria
	Suborno e Corrupção
	Segurança da Informação
	Reporte

Vale destacar que empresas que adotam as práticas ASG possuem:

- Maior facilidade em adequar-se à legislação;
- Menor taxa de provisões para processos ambientais e trabalhistas;
- Maior facilidade de acesso a capital (prestígio com o mercado, acionistas, órgãos fiscalizadores e governos);
- Menor índice de boicote de clientes e fornecedores;
- Menor índice de conflitos com comunidade;
- Menor índice de corrupção;
- Maior qualidade de vida dos colaboradores;
- Menor rotatividade de colaboradores;
- Menor índice de acidentes de trabalho;
- Menor índice de greves e paralizações;
- Maior facilidade de acessar novos mercados;
- Visão mais ampla de riscos;
- Maior efetividade de investimentos;
- Menor pegada de carbono e emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Consumo otimizado de recursos (matéria prima, combustível, energia elétrica, água, etc);
- Menor risco de serem afetadas por crises financeiras, políticas e ambientais; e
- Maior valor de mercado.

Entende-se, portanto, que, assim como o planeta, uma floresta ou uma espécie, uma empresa também funciona como um ser vivo. Uma empresa, ao adotar práticas ASG e orientar-se rumo à sustentabilidade, ela está buscando formas de sobreviver, ser saudável e ter recursos necessários para que possa prosperar, fortalecer e evoluir – e vice-versa.

Tendo isso em mente e ciente de suas responsabilidades socioeconômicas e ambientais, assim como os princípios e propósitos que nos levaram onde estamos hoje, a **TAESA** iniciou a execução do Projeto que tem os seguintes objetivos.

O Projeto tem como objetivo:

- Determinar o nível de Sustentabilidade em que a **TAESA** se encontra tendo como base comparativa as principais companhias do setor elétrico nacional e internacional;
- Desenvolver e executar um plano de ação para mapear e implementar o máximo de práticas ASG possíveis a curto, médio e longo prazo;
- Ampliar o leque de possibilidades para avançar nas práticas sustentáveis e aperfeiçoar as já praticadas, assim como reportá-las;
- Inserir a **TAESA** em um grupo seleto de empresas que primam pelo desenvolvimento sustentável;
- Mapear e engajar investidores responsáveis com vista a atender à crescente demanda global do mercado de capitais por investimentos sustentáveis também conhecido por SRI (Socially Responsible Investing);
- Valorizar a imagem da empresa;
- Melhorar a comunicação com os stakeholders;
- Enrijecer a base de fornecedores;
- Impactar na receita e na valuation da empresa;
- Reduzir os riscos de seus negócios.

Após algumas ações já executadas durante o Projeto, tais como entrevistas, levantamento de dados externos e internos, informações, documentos, políticas, procedimentos e práticas não formalizadas, foi possível levantar algumas práticas ASG relevantes para o tema. São exemplos:

- Políticas sólidas e diversas:
- Inexistência de histórico de paralizações e/ou greves;
- Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;

- Política de remuneração e carreira;
- Qualidade do Relatório Socioambiental Anual;
- Política de Gestão de Riscos;
- Incentivo social privado;
- Diversos programas sociais e/ou ambientais para a comunidade do entorno dos empreendimentos;
- Canal aberto para consulta e reclamação de comunidades;
- Mapeamento de risco à segurança e saúde e ao meio ambiente;
- Mecanismo de reclamação anônimos;
- Código de Ética;
- Política anticorrupção e suborno;
- Reporte de consumo de água, combustível e energia;
- Sistema de gestão de riscos ambientais e operações com certificação ISO 14.001;
- Procedimento de gestão de resíduos, perigosos ou não;
- Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento voltados para meio ambiente;
- Política de contratação de fornecedores e terceiros;
- Compromisso formalizado sobre direitos humanos e não discriminação;
- Inexistência de histórico de penalizações ou sanções por crimes ambientais;
- Programa de subsídio a educação de colaboradores;
- Iniciativas voluntárias como o Projeto Empresa Madrinha, em parceria com o SENAI, que aproxima jovens estudantes de empresas e indústrias;
- Projeto ambiental Guardiões do Rio Lontra e de coleta seletiva.



Apoio ao projeto Guardiões do Rio Lontra (Município de Araguaína / TO).



Implantação na sede da GMR e demais escritórios e subestação a coleta seletiva com destinação destes resíduos para cooperativas de resíduos que fazem a pesagem, triagem, e destinação final destes resíduos (Município de Araguaína / TO).



Evento de capacitação decorrente do Projeto Empresa Madrinha (Município de Araquaína / TO)

Diante disso, a **TAESA** ratifica a importância em desenvolver e aperfeiçoar o tema Sustentabilidade • ASG, fato este que será mais bem evidenciado ao longo do ano de 2019, período em que estima planejar as ações com o objetivo de que a Companhia esteja inserida no rol das melhores empresas do setor de energia.

ABREVIATURAS:

NOVATRANS • Novatrans Energia S.A.

TSN • Transmissora Sudeste Nordeste S.A.

ETEO • Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.

NTE • Nordeste Transmissora de Energia S.A.

STE • Sul Transmissora de Energia S/A

ATE • Transmissora de Energia S/A (ATE)

ATE II • Transmissora de Energia S/A (ATE II)

ATE III • Transmissora de Energia S/A (ATE III)

SÃO GOTARDO • São Gotardo Transmissora de Energia S.A.

EATE • Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

ECTE • Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

ENTE • Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

ERTE • Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

ETEP • Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

EBTE • Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

STC • Sistema Catarinense de Transmissão S.A.

ESDE • Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Lumitrans • Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.

ETSE • Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A.

Orteng • Orteng Equipamentos e Sistemas S.A.

Transmissoras • Companhia Transudeste de Transmissão

MARIANA • Mariana Transmissora de Energia S.A.

ETAU • Empresa De Transmissão do Alto Uruguai S.A.

BRASNORTE • Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

JANAÚBA • Janaúba Transmissora de Energia S.A.

PARAGUAÇU • Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.

AIMORÉS • Interligação Elétrica Aimorés S.A.

IVAÍ • Interligação Elétrica Ivaí S.A.

ANEEL • Agência Nacional de Energia Elétrica



DIRETORIA EXECUTIVA:

Diretor Presidente

Raul Lycurgo Leite

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Marcus Pereira Aucélio

Diretor Técnico

Marco Antônio Resende Faria

Diretor de Desenvolvimento de Negócios José Aloise Ragone Filho

> **Diretor Jurídico e Regulatório** Raul Lycurgo Leite